

EMS S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas

EMS S.A.

Hortolândia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMS S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EMS S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de compra da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 31 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

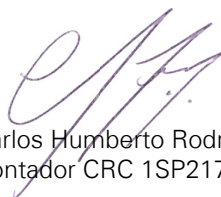
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Carlos Humberto Rodrigues da Silva
Contador CRC 1SP217733/O-4

EMS S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	71.529	128.685	149.240	252.346
Contas a receber de clientes	13	575.785	382.804	749.005	519.863
Contas a receber de partes relacionadas	31.e	268.570	118.528	232.323	150.511
Estoques	14	591.547	337.832	652.998	386.934
Tributos a recuperar	15	170.996	135.940	321.258	216.672
Dividendos a receber	31.f	119.770	239.770	-	-
Outros recebíveis	16	53.852	281.072	63.466	261.287
Total do ativo circulante		1.852.049	1.624.631	2.168.290	1.787.613
Não circulante					
Depósitos judiciais	21.a	34.798	33.258	37.801	35.894
Tributos a recuperar	15	6.703	6.703	6.703	6.703
Outros recebíveis	16	4.996	4.996	5.870	4.996
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	12	4.124	3.635	4.124	3.635
Empréstimos a receber de partes relacionadas	31.g	316.093	227.961	316.093	227.961
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a	49.780	104.376	59.682	129.172
Investimentos em controladas	17	297.707	173.010	-	-
Outros investimentos		5.182	4.757	71.870	57.967
Imobilizado	18	761.407	635.907	771.334	638.397
Intangível		16.207	11.762	16.262	11.871
Total do ativo não circulante		1.496.997	1.206.365	1.289.739	1.116.596
Total do ativo		3.349.046	2.830.996	3.458.029	2.904.209

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Fornecedores	19	172.317	238.470	180.857	248.951
Fornecedores a pagar partes relacionadas	31.e	1.136.468	901.370	1.142.291	902.738
Empréstimos e financiamentos	20	84.712	53.123	88.189	53.123
Salários e encargos a pagar		86.913	92.461	93.452	99.250
Tributos a recolher		19.964	29.917	24.394	29.840
Imposto de renda e contribuição social a pagar	22.c	-	-	33.141	18.553
Impostos parcelados	23	15.775	8.044	15.958	8.221
Dividendos a pagar	25.d	117.160	90.170	122.289	95.299
Outras contas a pagar	24	117.126	130.119	131.389	141.867
Total do passivo circulante		1.750.435	1.543.674	1.831.960	1.597.842
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	285.311	264.499	290.354	264.606
Impostos parcelados	23	37.989	18.373	38.692	19.232
Provisão para perdas com processos judiciais	21.a	93.839	125.734	113.490	144.490
Receita diferida - subvenção governamental		19.032	19.032	19.032	19.032
Outras contas a pagar	24	5.334	6.933	5.334	6.933
Total do passivo não circulante		441.505	434.571	466.902	454.293
Total do passivo		2.191.940	1.978.246	2.298.862	2.052.135
Patrimônio líquido					
Capital social	25	221.708	221.708	221.708	221.708
Reservas de capital		164.019	164.019	164.019	164.019
Reserva de incentivos fiscais		159.420	125.206	159.420	125.206
Reserva legal		44.342	44.342	44.342	44.342
Reservas de lucros		560.594	295.433	560.594	295.433
Ajuste de avaliação patrimonial		7.023	2.043	7.023	2.043
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.157.106	852.751	1.157.106	852.751
Participação de não controladores		-	-	2.061	(677)
Total do patrimônio líquido		1.157.106	852.751	1.159.167	852.074
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.349.046	2.830.996	3.458.029	2.904.209

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMS S.A.**Demonstração do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita de vendas	26	3.530.925	3.341.307	3.917.157	3.625.166
Custo dos produtos vendidos	27	<u>(2.018.640)</u>	<u>(1.955.218)</u>	<u>(2.126.729)</u>	<u>(2.005.697)</u>
Lucro bruto		<u>1.512.285</u>	<u>1.386.089</u>	<u>1.790.428</u>	<u>1.619.469</u>
Despesas com vendas	27	(331.750)	(238.177)	(380.281)	(273.618)
Despesas administrativas	27	(879.678)	(817.467)	(973.910)	(916.054)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	27	802	19.298	6.019	145
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	28	126.945	(102.882)	88.228	(109.302)
Resultado de equivalência patrimonial	17	63.988	64.068	-	-
Resultado de equivalência patrimonial - outros investimentos		<u>(2.253)</u>	<u>1.964</u>	<u>32.179</u>	<u>23.388</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>490.339</u>	<u>312.893</u>	<u>562.663</u>	<u>344.027</u>
Receitas financeiras	29	133.309	58.409	141.573	63.929
Despesas financeiras	29	<u>(65.670)</u>	<u>(92.598)</u>	<u>(70.040)</u>	<u>(96.127)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>67.639</u>	<u>(34.189)</u>	<u>71.533</u>	<u>(32.198)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>557.978</u>	<u>278.704</u>	<u>634.196</u>	<u>311.829</u>
Imposto de renda e contribuição social	22.b	<u>(140.862)</u>	<u>9.284</u>	<u>(216.058)</u>	<u>(23.632)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>417.116</u>	<u>287.988</u>	<u>418.138</u>	<u>288.197</u>
Lucro atribuível à acionistas controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>417.116</u>	<u>287.988</u>
Lucro atribuível à acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.022</u>	<u>209</u>
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>418.138</u>	<u>288.197</u>
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	30	<u>20,38</u>	<u>14,40</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controlada		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	417.116	287.988	418.138	288.197
Outros resultados abrangentes				
Operações no exterior e diferenças cambiais na conversão	4.980	3.806	4.980	3.806
Resultado abrangente total	422.096	291.794	423.118	292.004
Resultado abrangente atribuível:				
Acionistas controladores			422.096	291.794
Acionistas não controladores			1.022	210
Resultado abrangente total			423.118	292.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMS S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reserva de lucros						Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir				Lucros acumulados
Em 31 de dezembro de 2017		221.708	164.019	(1.763)	125.206	44.342	306.637	-	860.148	2.863	863.011
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	287.988	287.988	210	288.198
Ajuste acumulado de conversão	17	-	-	3.806	-	-	-	-	3.806	-	3.806
Destinação do lucro líquido do exercício											
Dividendos complementares do período anterior aprovados em assembléia	25.d	-	-	-	-	-	(227.195)	-	(227.195)	-	(227.195)
Dividendos propostos	25.d	-	-	-	-	-	-	(71.997)	(71.997)	-	(71.997)
Outras transações de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.749)	(3.749)
Constituição de reserva de lucro		-	-	-	-	-	215.991	(215.991)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018		221.708	164.019	2.043	125.206	44.342	295.432	-	852.749	(676)	852.074
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	417.116	417.116	1.022	418.138
Ajuste acumulado de conversão	17	-	-	4.980	-	-	-	-	4.980	-	4.980
Destinação do lucro líquido do exercício											
Transferência em reserva	25d	-	-	-	34.214	-	-	(34.214)	-	-	-
Dividendos complementares do período anterior aprovados em assembléia	25.d	-	-	-	-	-	-	(22.014)	(22.014)	-	(22.014)
Dividendos propostos	25.d	-	-	-	-	-	-	(95.726)	(95.726)	-	(95.726)
Outras transações de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	1.715	1.715
Constituição de reserva de lucro		-	-	-	-	-	287.176	(287.176)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019		221.708	164.019	7.023	159.420	44.342	560.594	-	1.157.106	2.061	1.159.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMS S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		557.978	278.704	634.196	311.830
Ajustes de					
Depreciação	18	44.289	49.209	48.758	51.978
Amortização		1.042	2.020	2.032	2.440
Perda na alienação de imobilizado e intangível	18	11.195	27.517	10.889	26.687
(Reversão) provisão para perdas ao valor recuperável do contas a receber	13	2.960	19.298	(851)	19.640
(Reversão) provisão para obsolescência dos estoques	14	14.188	(11.859)	15.013	(12.041)
Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais	21	(5.049)	(703)	(3.262)	8.087
Provisão de juros		29.037	10.626	28.662	13.231
Provisão de juros sobre mútuo	31g	(94.528)	-	(94.528)	-
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial	17	(63.988)	(64.068)	-	-
Resultado de não controladas reconhecido por equivalência patrimonial		2.253	(1.964)	(32.179)	(23.388)
Impairment - Redução ao valor recuperável		-	-	-	874
Perdas (ganhos) cambiais não realizados de atividades financeiras		10.930	24.136	11.413	23.792
Baixa de sinistro - incêndio	28	(48.438)	290.754	(48.438)	290.754
Direito de ressarcimento de sinistro - incêndio	28	(86.853)	(199.640)	(86.853)	(199.640)
Variações nos ativos e passivos		-	-	-	-
Contas a receber de clientes		(195.850)	53.845	(228.268)	85.661
Contas a receber de partes relacionadas		(150.042)	(15.748)	(81.812)	(29.463)
Estoques		(219.565)	(234.940)	(232.769)	(223.849)
Tributos a recuperar		(102.012)	(52.571)	(174.216)	(68.578)
Demais contas a receber		198.156	(12.423)	196.947	(15.463)
Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais		(33.592)	4.151	(35.339)	4.775
Fornecedores e outras obrigações		1.514	167.508	22.330	170.392
Tributos a recolher		(5.558)	-	(1.050)	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas		235.098	24.948	239.553	26.284
Impostos parcelados		27.347	153.306	27.196	166.058
Caixa gerado nas operações		<u>130.512</u>	<u>509.489</u>	<u>217.424</u>	<u>627.314</u>
Juros pagos	20	(8.085)	(22.626)	(8.085)	(22.627)
Imposto de renda e contribuição social pagos	22c	(19.310)	(34.195)	(62.349)	(66.816)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>103.117</u>	<u>452.668</u>	<u>146.990</u>	<u>537.871</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	18	(71.675)	(297.730)	(72.554)	(300.561)
Aumento da participação em controlada	17	(44.512)	(12.224)	-	-
Redução da participação em não controlada		-	1.964	-	-
Aquisição de ativo intangível		(1.482)	(385)	(320)	(826)
Mútuo entre partes relacionadas	31g	2.000	44.605	2.000	42.000
Dividendos recebidos de controladas	31f	137.343	56.508	-	-
Outros investimentos		-	(1.961)	6.752	3.172
Caixa líquido (aplicado nas) originado das atividades de investimento		<u>21.674</u>	<u>(209.223)</u>	<u>(64.122)</u>	<u>(256.215)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aplicação (resgate) financeira vinculada a empréstimo		(489)	(263)	(489)	(263)
Obtenção de empréstimos	20	-	230.477	-	230.477
Arrendamento mercantil	20	(36.240)	-	(40.217)	-
Pagamento de principal de empréstimos	20	(54.468)	(62.297)	(54.518)	(62.327)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	20	(90.750)	(300.745)	(90.750)	(300.745)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(181.947)</u>	<u>(132.828)</u>	<u>(185.974)</u>	<u>(132.858)</u>
(Diminuição) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		<u>(57.156)</u>	<u>110.617</u>	<u>(103.106)</u>	<u>148.798</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>128.685</u>	<u>18.068</u>	<u>252.346</u>	<u>103.548</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>71.529</u>	<u>128.685</u>	<u>149.240</u>	<u>252.346</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A EMS S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1964 e que, em conjunto com suas controladas ("Consolidado"), tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas.

A sede social da Companhia está localizada na cidade de Hortolândia, estado de São Paulo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na fabricação de produtos farmacêuticos.

A Companhia faz parte do Grupo NC (o "Grupo") utilizando-se dos seus recursos administrativos, operacionais, financeiros, e tecnológicos. Parte substancial das operações é efetuada com partes relacionadas. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

2 Relação de controladas

A Companhia possui participações societárias diretas nas seguintes entidades:

Controlada	Tipo de sociedade	País	Participação societária	
			2019	2018
CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S/A	S.A.	Brasil	99,38%	99,38%
EMS Sigma Pharma Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,65%	99,31%
Monteresearch SRL	Ltda.	Itália	100%	100%
Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	Lda	Estados Unidos	100%	100%

A seguir apresentamos a estrutura societária do Grupo:

- **CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S/A** - Localizada em Américo Brasileiro/SP, atua na gestão e manutenção da Indústria Farmacêutica de Américo Brasileiro (IFAB) de titularidade da Fundação para o "Remédio Popular", vinculada a Secretária do Estado de São Paulo, por meio de concessão. O objetivo é desenvolver o conhecimento do Governo quanto a tecnologia e patentes bem como atuar no fornecimento exclusivo de medicamentos genéricos. O prazo de concessão é de 15 anos e o início da produção ocorreu em 1º de agosto de 2015. Atualmente esse contrato de concessão está suspenso parcialmente até 1º de julho de 2020, limitando as atividades aos serviços necessários a segurança patrimonial e de monitoramento, limpeza e manutenção.

- **EMS Sigma Pharma Ltda.** - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda. A partir de novembro 2018 a EMS Sigma passou à condição de embaladora dos produtos fabricados pela Novamed/AM a partir do Regime Especial de Industrialização por Encomenda obtido no Estado de São Paulo e anuído pelo Governo do Amazonas.
- **Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.** - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos genéricos em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda.
- **Luxbiotech Farmacêutica Ltda.** - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de dermatocsméticos de última geração em âmbito nacional.
- **Monterese SRL** - Localizada em Milão na Itália, é um laboratório de pesquisa farmacêutica, especializado no desenvolvimento de drug delivery systems, tecnologias que permitem desenvolver uma nova formulação para que uma droga seja liberada no organismo de forma mais rápida ou lenta, de acordo com a necessidade de médico e paciente e inclusive em concentrações mais seguras.
- **Rio Bio Pharmaceuticals, LLC** - Localizada nos Estados Unidos, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades farmacêuticas, podendo incluir, entre outras, a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia; e a participação em joint ventures ou outras sociedades como quotista, acionista ou sócia.

3 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Grupo, em 29 de maio de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentados na nota explicativa nº8.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a administração do Grupo utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos, premissas e incertezas de estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem risco significativo que possam resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas:

- **Nota explicativa 17(b)** - equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota explicativa 13** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 14** - reconhecimento e mensuração das provisões dos estoques: principais premissas na determinação da perda dos estoques sem movimentação ou vencidos;
- **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e
- **Nota explicativa 22.a** - imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
- **Nota explicativa 15 e 23** - Benefícios fiscais de ICMS: A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo estadual de Brasília. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras. Nesse momento, não há qualquer expectativa da Administração de que esse assunto possa trazer um efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

6 Mudanças nas políticas contábeis

a. CPC06 (R2) - Arrendamento Mercantil

O Grupo aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2), que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2019). Consequentemente, o Grupo não aplicou os requerimentos do CPC 06 (R2) ao período comparativo apresentado.

Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 8.

Na transição para o CPC 06(R2), o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

a. Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente O Grupo. De acordo com o CPC 06(R2), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial: O Grupo aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía arrendamentos classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1).

b. Como arrendador

O Grupo arrenda suas propriedades para investimento, incluindo propriedades próprias e ativos de direito de uso. O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais.

O Grupo não é requerido a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento.

O Grupo subarrendou algumas de suas propriedades. De acordo com o CPC 06(R1), os contratos de arrendamento e subarrendamento foram classificados como arrendamentos operacionais. Na transição para o CPC 06(R2), os ativos de direito de uso reconhecidos a partir dos arrendamentos são apresentados em propriedades para investimento e mensurados pelo valor justo nessa data. O Grupo avaliou a classificação dos contratos de subarrendamento com referência ao ativo de direito de uso, e não ao ativo subjacente, e concluiu que eles são arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2).

O Grupo também celebrou um subarrendamento durante 2019, que foi classificado como arrendamento financeiro.

O Grupo aplicou o CPC 47 Receita de contrato com cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não arrendamento.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

O Grupo optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos. :

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo, agrupadas por natureza do ativo, região e prazo contratual; e
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial

Os quadros abaixo demonstram os impactos da adoção inicial do CPC 06(R2) nas informações contábeis, em 1º de janeiro de 2019:

<i>Em milhares de Reais</i>	1º de janeiro de 2019 (Controladora)
Ativos de direito de uso - ativo imobilizado	109.175
Ativos de direito de uso subarrendados (*)	1.065
Passivos de arrendamento	(110.240)

<i>Em milhares de Reais</i>	1º de janeiro de 2019 (Consolidado)
Ativos de direito de uso - ativo imobilizado	117.476
Ativos de direito de uso subarrendados (*)	1.065
Passivos de arrendamento	(118.541)

(*) Os ativos de direito de uso são deduzidas das parcelas subarrendadas para empresas do grupo. Esses montantes são reclassificados para um contas a receber com partes relacionadas.

<i>Em milhares de Reais</i>	31 de dezembro de 2019 (Controladora)
Ativos de direito de uso - ativo imobilizado	84.115
Passivos de arrendamento	(95.138)
Imposto Diferido	(1.338)

<i>Em milhares de Reais</i>	31 de dezembro de 2019 (Consolidado)
Ativos de direito de uso - ativo imobilizado	92.263
Passivos de arrendamento	(103.605)
Imposto Diferido	(1.419)

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 9,98%.

d. ICPC 22 – Incertezas em relação a tratamentos tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do ICPC 22 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.

O Grupo não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras em decorrência da aplicação dessa interpretação.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando especificado de outra forma.

Para mais informações sobre a mensuração destes ativos e passivos, vide Nota 8 - principais políticas contábeis.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, exceto se descrito de outra forma e exceto para as políticas contábeis relacionadas ao CPC 06 que não foi aplicado em 2018.

a. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

b. Base de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

- As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(v) **Transações eliminadas na consolidação**

Saldo e transações e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

c. **Moeda estrangeira**

(i) **Transações e saldos em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão geralmente são reconhecidas no resultado.

(ii) **Operações no exterior**

Os ativos e passivos derivados de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes a valor justo oriundos da aquisição, se aplicáveis, são convertidos para Reais utilizando a taxa de câmbio na data de apresentação das demonstrações financeiras. Receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Reais utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações.

Variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas nos ajustes acumulados de conversão da moeda estrangeira (reserva de conversão) no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é alienada, de modo que o controle, influência significativa, ou controle compartilhado não mais existem, os valores acumulados em reserva de conversão relacionados àquela operação no exterior são reclassificados para o resultado do exercício como parte do ganho ou perda na alienação. Quando o Grupo aliena apenas parte de sua participação em uma subsidiária que inclui uma operação no exterior, mas mantém controle, a respectiva proporção do valor acumulado é reatribuída a participações não controladoras. Quando o Grupo aliena apenas parte de seu investimento em uma coligada ou joint venture que inclui uma operação no exterior, enquanto mantém influência significativa ou controle compartilhado, a respectiva proporção do valor acumulado é reclassificada para o resultado do exercício.

d. Receita de contrato com clientes

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos produtos e mercadorias é transferido para o cliente, por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes produtos e mercadorias.

- Os clientes obtêm o controle dos produtos farmacêuticos quando são entregues e aceitos nas dependências do cliente. Acordos comerciais firmados com os clientes para avalancar suas vendas são aplicados diretamente na nota fiscal de venda dos produtos e reconhecidos como dedução das vendas.
- As faturas são emitidas naquele momento e devem ser pagas, normalmente, no prazo médio de 90 dias.
- Devoluções de produtos são trocadas por somente por novos produtos ou créditos, portanto, não há devolução em dinheiro.
- A receita reconhecida é líquida dos impostos, das devoluções efetivas e outros abatimentos.

(i) Contraprestação variável

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Grupo estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. Alguns contratos para venda de produtos e mercadorias fornecem aos clientes o direito de descontos e abatimentos por volume. O direito de descontos e abatimentos por volume dá origem a contraprestação variável. O Grupo oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os descontos e abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente.

(ii) Acordos comerciais

O Grupo reconhece essa receita líquida dos acordos comerciais que na avaliação da Administração estão enquadrados no item 70 do CPC 47, pois refere-se a uma contraprestação a pagar ao cliente.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, variação cambial, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial, descontos concedidos entre outras despesas financeiras.

f. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de um serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) **Participação nos lucros**

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

g. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB) (Nota 0). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com a autorização do programa Pro-DF para liquidação das parcelas e a regularização da subvenção.

A Companhia considera as condições e obrigações que tem de observar e cumprir, quando da identificação dos custos a serem confrontados com o benefício econômico obtido.

Os efeitos desse cálculo eram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Deduções da receita", visto que a origem do empréstimo subsidiado refere-se a uma operação de crédito sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) gerado nas importações. Os juros incorridos ao longo do prazo dos empréstimos são registrados como despesa no resultado financeiro. Atualmente apenas aguardamos a autorização para liquidação de algumas parcelas remanescentes para realização da receita diferida.

A Companhia, de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, é beneficiária da lei complementar 160. Em razão da lei, a Companhia goza de benefício, de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos.

h. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de tributação anual, caso existam.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se existir.

(i) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

Despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) ***Impactos nas bases do IRPJ e da CSLL decorrentes do benefício governamental do Estado de São Paulo***

Conforme mencionado na nota 8g, a Companhia, em razão de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos.

Para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), conforme previsto no artigo 30 da Lei n. 12.973/2014, as subvenções concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seguidos alguns requisitos previstos no presente artigo.

Assim, os valores registrados pela Companhia no ano de 2019 decorrentes da subvenção governamental, não deverão impactar as bases tributáveis de IRPJ e CSLL, razão pela qual foram excluídos no cálculo do LALUR e do LACS.

(iii) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

i. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A provisão para perdas com estoques é constituída com base nos critérios divulgados na nota 8.n.

j. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Aeronave	15
Benfeitorias	30
Edificações	60
Máquinas	entre 3-25
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	entre 5-25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" nas demonstrações do resultado.

k. Ativos intangíveis

(i) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; e
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) ***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) ***Instrumentos financeiros derivativos***

O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(i) ***Redução ao valor recuperável (impairment)***

(i) **Ativos financeiros não derivativos**

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas é a estimativa ponderada pela probabilidade da perda de crédito. O Grupo mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em montantes equivalentes as perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 120 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(vi) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável, se houver, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

m. Arrendamentos

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia classificava os contratos de arrendamento mercantil no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade era retida pelo arrendador estavam classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais eram registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía arrendamentos classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1)..

A Companhia aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2), que introduziu um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro, que era aplicado pela Companhia até 31 de dezembro de 2018. O impacto desta nova norma aplicada está ilustrado na nota nº 6, 18 e 20.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Abaixo apresentamos os critérios para constituição das principais provisões:

Provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber (Nota 13)

A provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber é constituída de acordo com o escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48, conforme descrito na nota explicativa nº 8(1) – *Impairment* de ativo financeiro.

Os saldos de contas a receber de partes relacionadas não são provisionados.

Provisão para perda dos estoques (Nota 14)

A provisão é constituída com base na política interna definida pelo Grupo, que leva em consideração as perdas na realização dos estoques. Estas perdas podem estar relacionadas a lotes de medicamentos vencidos e a vencer no prazo de 180 dias e produtos utilizados em pesquisas e desenvolvimento.

Provisão para perdas com processos judiciais (Nota 21)

O Grupo é parte envolvido em processos judiciais e administrativos. Com base na avaliação de seus assessores externos e internos, as provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

o. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

p. Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixa de fazer o pagamento conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subsequentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo a garantia tornar-se provável).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não reconheceu os valores justos de suas garantias financeiras por julgá-las com baixo risco de crédito por conta do emissor. As operações na qual o Grupo atua como interveniente garantidora estão detalhadas na nota explicativa nº 10 - Gestão de riscos financeiros.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas CPC00.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

10 Gestão de riscos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco cambial;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional

a. Visão geral

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege as empresas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração do Grupo estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

b. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a risco de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado para algumas de suas operações.

Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo não possuía operações de derivativos não liquidados em suas demonstrações financeiras.

(i) Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos ("USD"). O risco cambial decorre de operações com fornecedores e clientes do exterior.

A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional.

A exposição ao risco cambial (líquida) está apresentada a seguir:

	Controladora			
	2019		2018	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Contas a receber de clientes (nota 13)	737	3.211	693	2.685
Fornecedores estrangeiro (nota 19)	(13.803)	(55.662)	(32.807)	(122.618)
Leasing financeiro (nota 20)	(47.791)	(192.184)	(54.912)	(212.143)
Exposição líquida	(60.857)	(244.635)	(87.026)	(332.076)
	Consolidado			
	2019		2018	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Contas a receber de clientes (nota 13)	682	3.580	693	2.685
Fornecedores estrangeiro (nota 19)	(14.144)	(58.258)	(33.067)	(123.625)
Leasing financeiro (nota 20)	(47.791)	(192.184)	(54.912)	(212.143)
Exposição líquida	(61.253)	(246.862)	(87.286)	(333.083)

(ii) Análise de sensibilidade risco cambial

O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa, conjuntamente, as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para as operações indexadas ao dólar:

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/19	Controladora				
					Provável	Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
Alta do Dólar	Clientes	737	3.211	4,03	(241)	5,04	502	7,56	2.358
Alta do Dólar	Fornecedores	(13.803)	(55.662)	4,03	27	5,04	(13.882)	7,56	(48.654)
Alta do Dólar	Leasing financeiro	(47.791)	(192.184)	4,03	(447)	5,04	(48.605)	7,56	(168.999)
		<u>(60.857)</u>	<u>(244.635)</u>		<u>(661)</u>		<u>(61.985)</u>		<u>(215.295)</u>

EMS S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/19	Provável	Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
Queda do Dólar	Clientes	737	3.211	4,03	(241)	3,02	(983)	1,51	(2.097)
Queda do Dólar	Fornecedores	(13.803)	(55.662)	4,03	27	3,02	13.936	1,51	34.779
Queda do Dólar	Leasing financeiro	(47.791)	(192.184)	4,03	(447)	3,02	47.711	1,51	119.947
		<u>(60.857)</u>	<u>(244.635)</u>		<u>(661)</u>		<u>60.664</u>		<u>152.629</u>

Consolidado

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/19	Provável	Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
Alta do Dólar	Clientes	682	3.211	4,03	(461)	5,04	227	7,56	1.946
Alta do Dólar	Fornecedores	(14.144)	(55.662)	4,03	(1.347)	5,04	(15.599)	7,56	(51.229)
Alta do Dólar	Leasing financeiro	(47.791)	(192.184)	4,03	(447)	5,04	(48.605)	7,56	(168.999)
		<u>(61.253)</u>	<u>(246.862)</u>		<u>(2.255)</u>		<u>(63.977)</u>		<u>(218.282)</u>

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/19	Provável	Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
Queda do Dólar	Clientes	682	3.211	4,03	(461)	3,02	(1.148)	1,51	(2.179)
Queda do Dólar	Fornecedores	(14.144)	(55.662)	4,03	(1.347)	3,02	12.905	1,51	34.284
Queda do Dólar	Leasing financeiro	(47.791)	(192.184)	4,03	(447)	3,02	47.711	1,51	119.947
		<u>(61.253)</u>	<u>(246.862)</u>		<u>(2.255)</u>		<u>59.468</u>		<u>152.052</u>

Controladora

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável	Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
Alta do Dólar	Clientes	693	2.685	3,87	(7)	4,84	665	7,27	2.343
Alta do Dólar	Fornecedores	31.198	115.643	3,87	(29)	4,84	28.874	7,27	101.132
Alta do Euro	Fornecedores	1.560	6.925	4,44	-	5,55	1.731	8,32	6.060
Alta do Iene	Fornecedores	49	50	0,04	(48)	0,04	(48)	0,07	(46)
Alta do Dólar	Leasing financeiro	54.912	212.143						
		<u>87.051</u>	<u>337.543</u>	3,87	630	4,84	53.823	7,27	186.806
					<u>546</u>		<u>85.045</u>		<u>296.295</u>

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável	Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
Queda do Dólar	Clientes	693	2.692	3,87	(7)	2,91	(678)	1,45	(1.685)
Queda do Dólar	Fornecedores	29.837	115.643	3,87	(29)	2,91	(28.933)	1,45	(72.288)
Queda do Euro	Fornecedores	1.560	6.925	4,44	-	3,33	(1.731)	1,66	(4.328)
Queda do Iene	Fornecedores	49	50	0,04	(48)	0,03	(48)	0,01	(49)
Queda do Dólar	Leasing financeiro	54.912	212.143						
		<u>87.051</u>	<u>337.543</u>	3,87	630	2,91	(52.563)	1,45	(132.353)
					<u>546</u>		<u>(83.953)</u>		<u>(210.703)</u>

Consolidado										
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
Alta do Dólar	Clientes	693	2.692	3,87	(7)	4,84	665	7,27	2.343	
Alta do Dólar	Fornecedores	29.874	116.621	3,87	(867)	4,84	28.072	7,27	100.418	
Alta do Euro	Fornecedores	1.560	6.925	4,44	-	5,55	1.731	8,32	6.060	
Alta do Iene	Fornecedores	1.410	50	0,04	-	0,04	12		44	
Alta do Dólar	Leasing financeiro	54.912	212.143	3,87	630	4,84	53.823	7,27	186.806	
		<u>88.449</u>	<u>338.431</u>		<u>(244)</u>		<u>84.303</u>		<u>295.671</u>	
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
Queda do Dólar	Fornecedores	693	2692	3,87	(7)	2,91	(678)	1,45	(1.685)	
Queda do Dólar	Fornecedores	29.874	116.621	3,87	(867)	2,91	(29.805)	1,45	(73.213)	
Queda do Euro	Fornecedores	1.560	6.925	4,44	-	3,33	(1.731)	1,66	(4.328)	
Queda do Iene	Fornecedores	1.410	50	0,04	-	0,03	(12)	0,01	(31)	
Queda do Dólar	Leasing financeiro	54.912	212.143	3,87	630	2,91	(52.563)	1,45	(132.353)	
		<u>88.449</u>	<u>338.431</u>		<u>(244)</u>		<u>(84.789)</u>		<u>(211.610)</u>	

c. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado em nível de Grupo. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a exposição máxima ao risco de crédito é:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalente de caixa (nota 11)	71.529	128.685	149.240	252.346
Contas a receber de clientes (nota 13)	575.785	382.804	749.005	519.863
Outros recebíveis (nota 16)	58.848	286.068	69.336	266.283
Aplicação financeira vinculada a empréstimo (nota 12)	4.124	3.635	4.124	3.635
Mútuo entre partes relacionadas (nota 31 .g)	316.093	227.961	316.093	227.961
	<u>1.026.379</u>	<u>1.029.153</u>	<u>1.287.798</u>	<u>1.270.088</u>

A política de avaliação da provisão de perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros está demonstrada na nota explicativa nº 8.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente dessas contrapartes superior ao valor provisionado.

Caixa e equivalentes de caixa e derivativos

O Grupo detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 71.529 e R\$ 149.240 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 128.685 e 252.346 em 2018). O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com instituição financeira classificadas como estável, ou acima, conforme escala da Agência Moody’s.

Garantias

A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações de suas controladas e coligadas. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo havia emitido garantias para certos bancos em relação as linhas de crédito concedidas à empresas do Grupo, como segue:

- Em 06 de setembro de 2018 a coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A realizou uma captação de R\$ 130.000, através do CRI (Certificado de recebíveis imobiliários), garantida por fiança corporativa da Companhia, com rating e lastreado em debêntures não conversíveis em ações. A remuneração é de 102,5% CDI, com vencimento do principal em 26 de agosto de 2021 e amortização dos juros semestrais.
- Os empréstimos concedidos à parte relacionada 3Z estão garantidos por termo de garantia dos acionistas, logo avaliamos o instrumento com baixo risco de crédito, razão pela qual nenhuma redução ao valor recuperável foi consignada nas demonstrações financeiras.
- A coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A obteve financiamento imobiliário utilizada para a construção de imóveis residenciais (plano empresário) com taxas de juros atualizados pela TR mais 10,5% a 15% ao ano e que estão garantidos por alienação fiduciária e fiança da Companhia e seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo é de R\$ 132.370 (R\$ 132.549 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Companhia figura como fiadora de obrigações assumidas por outras empresas, como segue:

- Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no montante de R\$ 193.686 e prazo de pagamento em 12 de dezembro de 2023.
- Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no montante de R\$ 80.835 prazo de vencimento 27 de fevereiro de 2019.
- Unidade de Diagnóstico Médico em Radiologia Intervenção e Terapia Ltda. na pactação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no montante de R\$ 18.143 e prazo de pagamento em 08 de fevereiro de 2021.

d. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (Nota 20) a qualquer momento, a fim de que o Grupo não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

	Controladora				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores e outras contas a pagar	(294.777)	(289.443)	(5.334)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(1.136.468)	(1.136.468)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(370.023)	(84.712)	(53.878)	(52.693)	(178.740)
Dividendos a pagar	(117.160)	(117.160)	-	-	-
Posição líquida	<u>(1.918.426)</u>	<u>(1.627.783)</u>	<u>(59.212)</u>	<u>(52.693)</u>	<u>(178.740)</u>
Em 31 de dezembro de 2018					
Fornecedores e outras contas a pagar	(375.522)	(368.590)	(6.933)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(901.370)	(901.370)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(338.940)	(53.123)	(136.894)	(141.800)	(7.124)
Dividendos a pagar	(90.170)	(90.170)	-	-	-
Posição líquida	<u>(1.706.002)</u>	<u>(1.413.253)</u>	<u>(143.827)</u>	<u>(141.800)</u>	<u>(7.124)</u>
	Consolidado				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores e outras contas a pagar	(317.580)	(312.246)	(5.334)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(1.142.291)	(1.142.291)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(378.543)	(88.189)	(53.932)	(52.693)	(183.729)
Dividendos a pagar	(122.289)	(122.289)	-	-	-
Posição líquida	<u>(1.960.703)</u>	<u>(1.665.015)</u>	<u>(59.266)</u>	<u>(52.693)</u>	<u>(183.729)</u>
Em 31 de dezembro de 2018					
Fornecedores e outras contas a pagar	(397.751)	(390.817)	(6.933)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(902.738)	(902.738)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(338.940)	(53.123)	(136.894)	(141.800)	(7.124)
Dividendos a pagar	(95.299)	(95.299)	-	-	-
Posição líquida	<u>(1.734.728)</u>	<u>(1.441.977)</u>	<u>(143.827)</u>	<u>(141.800)</u>	<u>(7.124)</u>

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros passivos e portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes da legislação vigente.

e. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas respectivas áreas.

(i) Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2019, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2018, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 1,05% e 1,09%.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados (consolidado):

	Consolidado	
	2019	2018
Total dos empréstimos (nota 20)	378.543	317.729
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 11)	<u>(149.240)</u>	<u>(252.346)</u>
Dívida líquida	<u>229.303</u>	<u>65.383</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.157.106</u>	<u>852.751</u>
Total do capital	<u>1.386.409</u>	<u>918.134</u>
Índice de alavancagem financeira	1,20%	1,08%

f. Classificação dos instrumentos

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como custo amortizado e outros passivos financeiros. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Custo	Custo	Custo	Custo
	amortizado	amortizado	amortizado	amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	71.529	128.685	149.240	252.346
Contas a receber de clientes	575.785	382.804	749.005	519.863
Contas a receber de partes relacionadas	268.570	118.528	232.323	150.511
Dividendos a receber	119.770	239.770	-	-
Empréstimos a receber	316.093	227.961	316.093	227.961
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	4.124	3.635	4.124	3.635
Outros recebíveis	58.848	286.068	69.336	266.283
	<u>1.414.719</u>	<u>1.387.451</u>	<u>1.520.121</u>	<u>1.420.599</u>
Total dos ativos financeiros	<u>1.414.719</u>	<u>1.387.451</u>	<u>1.520.121</u>	<u>1.420.599</u>

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Outros	Outros	Outros	Outros
	Passivos	Passivos	Passivos	Passivos
	Financeiros	Financeiros	Financeiros	Financeiros
Fornecedores	(172.317)	(238.470)	(180.857)	(248.951)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(1.136.468)	(901.370)	(1.142.291)	(902.738)
Empréstimos e financiamentos	(370.023)	(317.621)	(378.543)	(317.729)
Dividendos a pagar	(117.160)	(90.170)	(122.289)	(95.299)
Outras contas a pagar	(122.460)	(137.053)	(136.723)	(148.800)
	<u>(1.918.428)</u>	<u>(1.684.684)</u>	<u>(1.960.703)</u>	<u>(1.713.517)</u>
Total dos passivos financeiros	<u>(1.918.428)</u>	<u>(1.684.684)</u>	<u>(1.960.703)</u>	<u>(1.713.517)</u>

(i) Risco da taxa de juros

O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de taxa de juros, analisa a sua exposição à flutuação da CDI, taxa flutuante a qual estão atreladas as captações de aplicações financeiras e empréstimos. As taxas de juros não sofreram alterações nesses cenários.

Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros

Controladora										
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/19	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
12.875	Alta da CDI	Aplicação financeira	26/03/2020	5,29%	681	6,61%	45	7,93%	54	
10.864	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	5,94%	645	7,43%	48	8,91%	58	
10.337	Alta da CDI	Aplicação financeira	10/07/2020	5,91%	611	7,39%	45	8,87%	54	
5.533	Alta da CDI	Aplicação financeira	N/A	6,03%	334	7,54%	25	9,05%	30	
5.249	Alta da CDI	Aplicação financeira	07/01/2020	6,02%	316	7,52%	24	9,03%	29	
3.780	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/07/2040	5,64%	213	7,05%	15	8,46%	18	
1.063	Alta da CDI	Aplicação financeira	08/08/2024	5,64%	60	7,05%	4	8,46%	5	
211	Alta da CDI	Aplicação financeira	07/06/2046- 01/10/2046	4,79%	10	5,99%	1	7,19%	1	
133	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/05/2047 11/12/2020 A	5,05%	7	6,31%	-	7,57%	1	
11.981	Alta da CDI	Aplicação financeira	23/12/2020	5,29%	633	6,61%	42	7,93%	50	
62.026					3.510		249		300	

Controladora										
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
73.768	Alta da CDI	Aplicação financeira	28/01/2019	5,18	3.824	6,48	248	7,78	297	
24.755	Alta da CDI	Aplicação financeira	17/12/2020	5,76	1.426	7,20	103	8,64	123	
10.324	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,40	661	8,00	53	9,60	63	
5.273	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,50	343	8,12	28	9,75	33	
3.635	Alta da CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	02/07/2040 a 30/05/2041	6,08	221	7,60	17	9,12	20	
117.755					6.475		449		536	

Consolidado										
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/19	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
12.875	Alta da CDI	Aplicação financeira	26/03/2020	5,29%	681	6,61%	45	7,93%	54	
10.864	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	5,94%	645	7,43%	48	8,91%	58	
10.337	Alta da CDI	Aplicação financeira	10/07/2020	5,91%	611	7,39%	45	8,87%	54	
5.533	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,03%	334	7,54%	25	9,05%	30	
5.249	Alta da CDI	Aplicação financeira	07/01/2020	6,02%	316	7,52%	24	9,03%	29	
3.780	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/07/2040	5,64%	213	7,05%	15	8,46%	18	
1.063	Alta da CDI	Aplicação financeira	08/08/2024	5,64%	60	7,05%	4	8,46%	5	
211	Alta da CDI	Aplicação financeira	07/06/2046 - 01/10/2046	4,79%	10	5,99%	1	7,19%	1	
133	Alta da CDI	Aplicação financeira	05/05/2047 11/12/2020 a	5,05%	7	6,31%	-	7,57%	1	
11.981	Alta da CDI	Aplicação financeira	23/12/2020	5,29%	633	6,61%	42	7,93%	50	
21.345	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/10/2020	5,85%	1.249	7,31%	91	8,78%	110	
9.283	Alta da CDI	Aplicação financeira	23/03/2020	5,98%	555	7,48%	42	8,97%	50	
7.669	Alta da CDI	Aplicação financeira	09/03/2020 a 29/12/2020	5,29%	405	6,61%	27	7,93%	32	
7.540	Alta da CDI	Aplicação financeira	30/01/2020 a 11/02/2020	5,97%	450	7,46%	34	8,95%	40	
7.358	Alta da CDI	Aplicação financeira	10/02/2020	5,97%	439	7,46%	33	8,95%	39	
6.020	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/03/2020	5,95%	358	7,44%	27	8,93%	32	
5.387	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/10/2020	5,85%	315	7,31%	23	8,78%	28	
3.481	Alta da CDI	Aplicação financeira	24/01/2020	4,81%	167	6,01%	10	7,22%	12	
1.481	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/09/2020	5,85%	87	7,31%	6	8,78%	8	
131.590					7.535		542		651	

Consolidado										
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
73.768	Alta da CDI	Aplicação financeira	28/01/2019	5,18	3.824	6,48	248	7,78	297	
26.919	Alta da CDI	Aplicação financeira	03/09/2019	6,34	1.706	7,92	135	9,50	162	
26.540	Alta da CDI	Aplicação financeira	21/03/2019	5,54	1.469	6,92	102	8,30	122	
24.755	Alta da CDI	Aplicação financeira	17/12/2020	5,76	1.426	7,20	103	8,64	123	
15.612	Alta da CDI	Aplicação financeira	20/03/2019	5,44	849	6,80	58	8,16	69	
15.530	Alta da CDI	Aplicação financeira	26/03/2019	5,44	845	6,80	57	8,16	69	
14.243	Alta da CDI	Aplicação financeira	19/12/2019	5,57	793	6,96	55	8,35	66	
10.324	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,40	661	8,00	53	9,60	63	
5.273	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,50	343	8,12	28	9,75	33	
3.635	Alta da CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	02/07/2040 a 30/05/2041	6,08	221	7,60	17	9,12	20	
3.486	Alta da CDI	Aplicação financeira	06/02/2019	5,44	190	6,80	13	8,16	15	
2.722	Alta da CDI	Aplicação financeira	27/02/2019	5,57	152	6,96	11	8,35	13	
2.368	Alta da CDI	Aplicação financeira	06/03/2019	5,50	130	6,88	9	8,26	11	
1.639	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,02	99	7,52	7	9,02	9	
1.462	Alta da CDI	Aplicação financeira	24/10/2019	5,44	80	6,80	5	8,16	6	
1.167	Alta da CDI	Aplicação financeira	29/08/2019	6,02	70	7,52	5	9,02	6	
1.146	Alta da CDI	Aplicação financeira	20/02/2019	5,50	63	6,88	4	8,26	5	
1.028	Alta da CDI	Aplicação financeira	03/10/2023	6,02	62	7,52	5	9,02	6	
820	Alta da CDI	Aplicação financeira	28/03/2019	5,31	44	6,64	3	7,97	3	
622	Alta da CDI	Aplicação financeira	10/12/2019	5,50	34	6,88	2	8,26	3	
233.059					13.061		920		1.101	

Controladora										
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/19	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
12.875	Queda da CDI	Aplicação financeira	26/03/2020	5,29%	681	3,96%	27	2,64%	18	
10.864	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	5,94%	645	4,46%	29	2,97%	19	
10.337	Queda da CDI	Aplicação financeira	10/07/2020	5,91%	611	4,43%	27	2,96%	18	
5.533	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,03%	334	4,52%	15	3,02%	10	
5.249	Queda da CDI	Aplicação financeira	07/01/2020	6,02%	316	4,51%	14	3,01%	10	
3.780	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/07/2040	5,64%	213	4,23%	9	2,82%	6	
1.063	Queda da CDI	Aplicação financeira	08/08/2024	5,64%	60	4,23%	3	2,82%	2	
211	Queda da CDI	Aplicação financeira	07/06/2046 à 01/10/2046	4,79%	10	3,59%	-	2,40%	-	
133	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/05/2047	5,05%	7	3,79%	-	2,52%	-	
11.981	Queda da CDI	Aplicação financeira	11/12/2020 á 23/12/2020	5,29%	633	3,96%	25	2,64%	17	
62.026					3.510		149		100	

Controladora										
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
73.768	Queda da CDI	Aplicação financeira	28/01/2019	5,18	3.824	3,89	149	2,59	99	
24.755	Queda da CDI	Aplicação financeira	17/12/2020	5,76	1.426	4,32	62	2,88	41	
10.324	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,40	661	4,80	32	3,20	21	
5.273	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,50	343	4,87	17	3,25	11	
3.635	Queda da CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	02/07/2040 a 30/05/2041	6,08	221	4,56	10	3,04	7	
117.755					6.475		270		179	

Consolidado										
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/19	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
12.875	Queda da CDI	Aplicação financeira	26/03/2020	5,29%	681	3,96%	27	2,64%	18	
10.864	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	5,94%	645	4,46%	29	2,97%	19	
10.337	Queda da CDI	Aplicação financeira	10/07/2020	5,91%	611	4,43%	27	2,96%	18	
5.533	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,03%	334	4,52%	15	3,02%	10	
5.249	Queda da CDI	Aplicação financeira	07/01/2020	6,02%	316	4,51%	14	3,01%	10	
3.780	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/07/2040	5,64%	213	4,23%	9	2,82%	6	
1.063	Queda da CDI	Aplicação financeira	08/08/2024	5,64%	60	4,23%	3	2,82%	2	
211	Queda da CDI	Aplicação financeira	07/06/2046 e 01/10/2046	4,79%	10	3,59%	-	2,40%	-	
133	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/05/2047 11/12/2020 a	5,05%	7	3,79%	-	2,52%	-	
11.981	Queda da CDI	Aplicação financeira	23/12/2020	5,29%	633	3,96%	25	2,64%	17	
21.345	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/10/2020	5,85%	1.249	4,39%	55	2,93%	37	
9.283	Queda da CDI	Aplicação financeira	26/03/2020	5,98%	555	4,49%	25	2,99%	17	
7.669	Queda da CDI	Aplicação financeira	09/03/2020 a 29/12/2020	5,29%	405	3,96%	16	2,64%	11	
7.540	Queda da CDI	Aplicação financeira	30/01/2020 a 11/02/2020	5,97%	450	4,48%	20	2,98%	13	
7.358	Queda da CDI	Aplicação financeira	10/02/2020	5,97%	439	4,48%	20	2,98%	13	
6.020	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/03/2020	5,95%	358	4,46%	16	2,98%	11	
5.387	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/10/2020	5,85%	315	4,39%	14	2,93%	9	
3.481	Queda da CDI	Aplicação financeira	24/01/2020	4,81%	167	3,61%	6	2,41%	4	
1.481	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/09/2020	5,85%	87	4,39%	4	2,93%	3	
131.590					7.535		325		218	

Consolidado										
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
73.768	Queda da CDI	Aplicação financeira	28/01/2019	5,18	3.824	3,89	149	2,59	99	
26.919	Queda da CDI	Aplicação financeira	03/09/2019	6,34	1.706	4,75	81	3,17	54	
26.540	Queda da CDI	Aplicação financeira	21/03/2019	5,54	1.469	4,15	61	2,77	41	
24.755	Queda da CDI	Aplicação financeira	17/12/2020	5,76	1.426	4,32	62	2,88	41	
15.612	Queda da CDI	Aplicação financeira	20/03/2019	5,44	849	4,08	35	2,72	23	
15.530	Queda da CDI	Aplicação financeira	26/03/2019	5,44	845	4,08	34	2,72	23	
14.243	Queda da CDI	Aplicação financeira	19/12/2019	5,57	793	4,18	33	2,78	22	
10.324	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,40	661	4,80	32	3,20	21	
5.273	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,50	343	4,87	17	3,25	11	
3.635	Queda da CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	02/07/2040 a 30/05/2041	6,08	221	4,56	10	3,04	7	
3.486	Queda da CDI	Aplicação financeira	06/02/2019	5,44	190	4,08	8	2,72	5	
2.722	Queda da CDI	Aplicação financeira	27/02/2019	5,57	152	4,18	6	2,78	4	
2.368	Queda da CDI	Aplicação financeira	06/03/2019	5,50	130	4,13	5	2,75	4	
1.639	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,02	99	4,51	4	3,01	3	
1.462	Queda da CDI	Aplicação financeira	24/10/2019	5,44	80	4,08	3	2,72	2	
1.167	Queda da CDI	Aplicação financeira	29/08/2019	6,02	70	4,51	3	3,01	2	
1.146	Queda da CDI	Aplicação financeira	20/02/2019	5,50	63	4,13	3	2,75	2	
1.028	Queda da CDI	Aplicação financeira	03/10/2023	6,02	62	4,51	3	3,01	2	
820	Queda da CDI	Aplicação financeira	28/03/2019	5,31	44	3,98	2	2,66	1	
622	Queda da CDI	Aplicação financeira	10/12/2019	5,50	34	4,13	1	2,75	1	
233.059					13.061		552		368	

Controladora								
Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2019	Provável		Apreciação 25%		Apreciação 50%
				Valor	%	Valor	%	Valor
192.958	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	447	125	559	150	671
95.139	Arrendamento Mercantil	Arrendamento (Passivo)	100	4.334	125	5.417	150	6.500
40.707	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	132	125	165	150	198
20.087	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	87	125	108	150	130
7.441	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	22	125	28	150	33
6.131	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	276	125	345	150	414
2.280	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	7	125	8	150	10
1.923	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	6	125	7	150	8
	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira							
1.037	Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	4	125	5	150	6
	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira							
721	Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	3	125	4	150	5
535	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	2	125	3	150	3
341	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2
292	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2
	FINAME/Fabrima_Balança de Controle -							
233	Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2
	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas -							
145	Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2
53	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	-	125	-	150	-
<u>370.023</u>				<u>5.324</u>		<u>6.653</u>		<u>7.986</u>

Controladora								
Exposi ção	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2018	Provável		Apreciação 25%		Apreciação 50%
				Valor	%	Valor	%	Valor
213.539	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	597	125	746	150	896
52.658	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	180	125	225	150	270
20.120	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	12	125	15	150	18
7.419	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	22	125	28	150	33
6.819	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	20	125	25	150	30
6.519	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	19	125	24	150	29
2.052	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	133	125	167	150	200
1.532	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo (Passivo)	100	58	125	73	150	87
1.604	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	4	125	5	150	6
	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira							
1.687	Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	6	125	8	150	9
	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira							
1.198	Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	4	125	5	150	6
	FINAME/Promáquina_Líquidos							
857	FINA09	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2
567	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	2	125	3	150	3
386	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	-	125	-	150	-
	FINAME/Fabrima_Balança de Controle							
372	- Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2
	FINAME/Fabrima_Enchedora de							
223	Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2
70	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	-	125	-	150	-
<u>317.622</u>				<u>1.060</u>		<u>1.327</u>		<u>1.593</u>

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2019	Provável		Deterioração 25%		Deterioração 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor	
192.958	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	447	75	335	50	224	
95.139	Arrendamento Mercantil	Arrendamento (Passivo)	100	4.334	75	3.250	50	2.167	
40.707	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	132	75	99	50	66	
20.087	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	87	75	65	50	43	
7.441	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	22	75	17	50	11	
6.131	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	276	75	207	50	138	
2.280	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	7	75	5	50	3	
1.923	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	6	75	4	50	3	
1.037	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	4	75	3	50	2	
721	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	3	75	2	50	2	
535	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	2	75	2	50	1	
341	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
292	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
233	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
145	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
53	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	-	
370.023				5.324		3.993		2.664	

EMS S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2018	Provável		Deterioração 25%		Deterioração 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
213.539	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	597	75	448	50	299	
52.658	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	180	75	135	50	90	
20.120	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	12	75	9	50	6	
7.419	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	22	75	17	50	11	
6.819	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	20	75	15	50	10	
6.519	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	19	75	14	50	10	
2.052	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	133	75	100	50	67	
1.532	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo (Passivo)	100	58	75	44	50	29	
1.604	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	4	75	3	50	2	
1.687	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis	Empréstimo (Passivo)	100	6	75	5	50	3	
1.198	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	4	75	3	50	2	
857	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
567	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	2	75	2	50	1	
386	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	-	
372	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
223	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
70	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	-	
317.622				1.060		798		533	

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2019	Provável		Apreciação 25%		Apreciação 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
193.012	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	448	125	560	150	672	
103.605	Arrendamento Mercantil	Arrendamento (Passivo)	100	4.655	125	5.819	150	6.982	
40.707	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	132	125	165	150	198	
20.087	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	87	125	108	150	130	
7.441	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	22	125	28	150	33	
6.131	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	276	125	345	150	414	
2.280	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	7	125	8	150	10	
1.923	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	6	125	7	150	8	
1.037	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	4	125	5	150	6	
721	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	3	125	4	150	5	
535	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	2	125	3	150	3	
341	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2	
292	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2	
233	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2	
145	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2	
53	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	-	125	-	150	-	
378.543				5.646		7.056		8.469	

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2018	Provável		Apreciação 25%		Apreciação 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
213.646	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	601	125	751	150	902	
52.658	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	180	125	225	150	270	
20.120	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	12	125	15	150	18	
7.419	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	22	125	28	150	33	
6.819	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	20	125	25	150	30	
6.519	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	19	125	24	150	29	
2.052	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	133	125	167	150	200	
1.532	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo (Passivo)	100	58	125	73	150	87	
1.604	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	4	125	5	150	6	
1.687	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	6	125	8	150	9	
1.198	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	4	125	5	150	6	
857	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2	
567	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	2	125	3	150	3	
386	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	-	125	-	150	-	
372	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2	
223	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2	
70	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	-	125	-	150	-	
<u>317.729</u>				<u>1.064</u>		<u>1.332</u>		<u>1.599</u>	

EMS S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2019	Provável		Deterioração 25%		Deterioração 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor	
193.012	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	448	75	336	50	224	
103.605	Arrendamento Mercantil	Arrendamento (Passivo)	100	4.655	75	3.491	50	2.327	
40.707	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	132	75	99	50	66	
20.087	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	87	75	65	50	43	
7.441	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	22	75	17	50	11	
6.131	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	276	75	207	50	138	
2.280	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	7	75	5	50	3	
1.923	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	6	75	4	50	3	
1.037	FINAME/Fabrima_Encartuc hadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	4	75	3	50	2	
721	FINAME/Fabrima_Encartuc hadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	3	75	2	50	2	
535	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	2	75	2	50	1	
341	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
292	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
233	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
145	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
53	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	-	
378.543				5.646		4.235		2.824	

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2018	Provável		Deterioração 25%		Deterioração 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
213.646	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	601	75	451	50	301	
52.658	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	180	75	135	50	90	
20.120	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	12	75	9	50	6	
7.419	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	22	75	17	50	11	
6.819	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	20	75	15	50	10	
6.519	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	19	75	14	50	10	
2.052	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	133	75	100	50	67	
1.532	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo (Passivo)	100	58	75	44	50	29	
1.604	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	4	75	3	50	2	
1.687	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	6	75	5	50	3	
1.198	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	4	75	3	50	2	
857	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
567	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	2	75	2	50	1	
386	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	-	
372	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
223	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
70	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	-	
317.729				1.064		801		535	

(ii) Classificação contábil e mensuração dos valores justos

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** premissas significativas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

Controladora							
	Valor justo			Total	Demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3				
2019							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	71.529	71.529	71.529
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	575.785	575.785	575.785
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	268.570	268.570	268.570
Dividendos a receber	-	-	-	-	119.770	119.770	119.770
Empréstimos a receber	-	-	-	-	316.093	316.093	316.093
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	4.124	4.124	4.124
Outros recebíveis	-	-	-	-	58.848	58.848	58.848
Total					1.414.719	1.414.719	1.414.719
Passivos							
Fornecedores	-	-	-	-	(172.317)	(172.317)	(172.317)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	-	-	-	(1.136.468)	(1.136.468)	(1.136.468)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(370.023)	(370.023)	(370.023)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(117.160)	(117.160)	(117.160)
Outras contas a pagar	-	-	-	-	(122.460)	(122.460)	(122.460)
Total					(1.918.428)	(1.918.428)	(1.918.428)
Controladora							
2018							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	128.685	128.685	128.685
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	382.804	382.804	382.804
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	118.528	118.528	118.528
Dividendos a receber	-	-	-	-	239.770	239.770	239.770
Empréstimos a receber	-	-	-	-	227.961	227.961	227.961
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	3.635	3.635	3.635
Outros recebíveis	-	-	-	-	286.068	286.068	286.068
Total					1.387.452	1.387.452	1.387.452
Passivos							
Fornecedores	-	-	-	-	238.470	238.470	238.470
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	-	-	-	901.370	901.370	901.370
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	317.621	317.621	317.621
Dividendos a pagar	-	-	-	-	90.170	90.170	90.170
Outras contas a pagar	-	-	-	-	137.053	137.053	137.053
Total					1.684.684	1.684.684	1.684.684

Consolidado							
2019	Valor justo				Demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total			
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	149.240	149.240	149.240
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	749.005	749.005	749.005
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	232.323	232.323	232.323
Empréstimos a receber	-	-	-	-	316.093	316.093	316.093
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	4.124	4.124	4.124
Outros recebíveis	-	-	-	-	69.336	69.336	69.336
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.520.121)</u>	<u>(1.520.121)</u>	<u>(1.520.121)</u>
Passivos							
Fornecedores	-	-	-	-	(180.857)	(180.857)	(180.857)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	-	-	-	(1.142.291)	(1.142.291)	(1.142.291)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(122.289)	(122.289)	(122.289)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(378.543)	(378.543)	(378.543)
Outras contas a pagar	-	-	-	-	(136.723)	(136.723)	(136.723)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.960.703)</u>	<u>(1.960.703)</u>	<u>(1.960.703)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.960.703)</u>	<u>(1.960.703)</u>	<u>(1.960.703)</u>

Consolidado							
2018	Valor justo				Demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total			
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	252.346	252.346	252.346
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	519.863	519.863	519.863
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	150.511	150.511	150.511
Empréstimos a receber	-	-	-	-	227.961	227.961	227.961
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	3.635	3.635	3.635
Outros recebíveis	-	-	-	-	266.283	266.283	266.283
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.420.599</u>	<u>1.420.599</u>	<u>1.420.599</u>
Passivos							
Fornecedores	-	-	-	-	248.951	248.951	248.951
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	-	-	-	902.738	902.738	902.738
Dividendos a pagar	-	-	-	-	95.299	95.299	95.299
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	317.729	317.729	317.729
Outras contas a pagar	-	-	-	-	148.800	148.802	148.802
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.713.517</u>	<u>1.713.520</u>	<u>1.713.520</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.713.517</u>	<u>1.713.520</u>	<u>1.713.520</u>

A Empresa utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira vinculada a empréstimo:** são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- **Contas a receber de clientes e partes relacionadas:** decorrem diretamente das operações do Grupo e seus clientes e são classificados como curto. São registrados pelos seus valores originais e estão sujeitos a provisão para perdas de valor recuperável. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.

- **Empréstimos a receber de partes relacionadas:** são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos seus valores contratuais.
- **Empréstimos e financiamentos:** são classificados como outros passivos financeiros e estão registrados pelos seus valores contratuais.
- **Fornecedores a pagar e fornecedores partes relacionadas:** decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias do Grupo com seus fornecedores e são classificados como outros passivos financeiros. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- **Outros recebíveis e outras contas a pagar:** são apresentados pelo seu valor original que se assemelham ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras.

11 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Banco	13.627	14.565	21.774	22.921
Aplicações financeiras	57.902	114.120	127.466	229.425
	<u>71.529</u>	<u>128.685</u>	<u>149.240</u>	<u>252.346</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cujas taxas de rendimentos estão atreladas ao CDI.

12 Aplicação financeira vinculada a empréstimo

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	4.124	3.635	4.124	3.635
	<u>4.124</u>	<u>3.635</u>	<u>4.124</u>	<u>3.635</u>

A aplicação financeira classificada no longo prazo no valor de R\$ 4.124 (R\$ 3.635 em 2018) efetuada no Banco de Brasília, trata-se de garantia do financiamento de ICMS concedido à Companhia à título de subvenção governamental (Nota 8.g). O montante somente poderá ser utilizado para a quitação total das parcelas finais do financiamento.

13 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes	578.954	386.776	773.303	550.180
Menos: provisão por perda ao valor recuperável	(3.169)	(3.972)	(24.298)	(30.317)
	575.785	382.804	749.005	519.863

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as contas a receber de clientes encontram-se em aberto:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	524.385	348.497	642.043	423.447
Vencidos a menos de três meses	51.910	35.988	81.745	59.238
Vencidos de três à seis meses	2.279	737	32.010	26.776
Vencidos acima de seis meses	380	1.554	17.505	40.719
	578.954	386.776	773.303	550.180

Os saldos a receber de clientes são registrados pelo valor líquido e não auferem juros. Os valores a receber de clientes estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão por perda ao valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

As movimentações da provisão por perda ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	(3.972)	(23.270)	(30.317)	(30.462)
Créditos provisionados no período	(2.960)	(2.936)	(3.948)	(22.104)
Créditos estornados no período	3.763	22.234	9.967	22.249
Em 31 de dezembro	(3.169)	(3.972)	(24.298)	(30.317)

As contas a receber de clientes, líquidas das perdas ao valor recuperável, são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Reais	572.574	380.119	745.426	517.178
Dólares americanos	3.211	2.685	3.579	2.685
	575.785	382.804	749.005	519.863

14 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Matéria-prima	218.924	128.732	222.673	167.416
Produtos acabados	270.188	115.980	325.994	123.728
Produtos em elaboração	47.333	43.389	47.322	45.475
Material de embalagem e outros	44.847	28.492	48.610	30.169
Adiantamento a fornecedores terceiros	32.923	30.399	34.403	30.765
Importações em andamento	8.504	7.824	8.038	8.410
Provisão para obsolescência	(31.172)	(16.984)	(34.042)	(19.029)
	<u>591.547</u>	<u>337.832</u>	<u>652.998</u>	<u>386.934</u>
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro	(16.984)	(28.843)	(19.029)	(31.070)
Constituição	(27.790)	(13.056)	(30.039)	(14.697)
Reversão	<u>13.602</u>	<u>24.915</u>	<u>15.026</u>	<u>26.738</u>
Saldo em 31 de dezembro	(31.172)	(16.984)	(34.042)	(19.029)

Os critérios utilizados para a constituição da provisão para obsolescência estão detalhados na nota explicativa 8.m.

15 Tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ e CSLL (*)	86.937	85.986	94.147	93.212
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (**)	7.411	19.740	62.089	49.558
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (***)	43.021	12.096	106.255	49.912
Impostos sobre operações financeiras - IOF	11.235	9.259	11.235	9.259
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	4.244	5.076	32.179	8.035
Outros	24.851	10.486	22.056	13.399
	<u>177.699</u>	<u>142.643</u>	<u>327.961</u>	<u>223.375</u>
Circulante	<u>170.996</u>	<u>135.940</u>	<u>321.258</u>	<u>216.672</u>
Não circulante	<u>6.703</u>	<u>6.703</u>	<u>6.703</u>	<u>6.703</u>
	<u>177.699</u>	<u>142.643</u>	<u>327.961</u>	<u>223.375</u>

(*) Refere-se a antecipação de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

(**) Refere-se créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos.

(***) Créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado.

16 Outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Indenização de sinistro (*)	586	200.395	804	200.395
Adiantamento à fornecedores terceiros	16.447	60.333	28.208	37.851
Adiantamento à partes relacionadas	17.853	1.804	9.973	1.804
Adiantamento à funcionários	11.829	17.263	12.836	18.227
Arrendamentos IFRS 16	5.900	-	5.900	-
Outros	6.233	6.273	11.615	8.006
	<u>58.848</u>	<u>286.068</u>	<u>69.336</u>	<u>266.283</u>
Circulante	53.852	281.072	63.466	261.287
Não circulante	4.996	4.996	5.870	4.996
	<u>58.848</u>	<u>286.068</u>	<u>69.336</u>	<u>266.283</u>

(*) Em 2018 foi reconhecido um montante estimado dos prejuízos indenizáveis à Companhia, conforme condições e cláusulas contratuais de apólice de seguro em virtude de sinistro ocorrido em 20 de outubro de 2018 pelo incêndio nas dependências da Companhia na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo. Esse saldo está composto substancialmente pelo custos dos estoques e dos ativos imobilizados atingidos pelo incêndio na referida data. A contrapartida deste montante foi reconhecido no resultado do exercício na rubrica "outras receitas (despesas) operacionais conforme demonstrado na nota explicativa 28. Em 2019 houve o reembolso por parte da seguradora, no qual, este valor foi captado na rubrica de caixa e equivalentes e absorvido pela operação da empresa.

17 Investimentos em controladas

Controladora

	31 de dezembro de 2019						Rio	Total do investimento
	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	CPM	Monteresearch	Biopharmaceuticals		
Investimentos								
Número de ações/cotas representativas do capital social	7.662.451	136.464	58.636.851	64.205.000	90.000	-	-	
Capital social	7.740	138	97.723	64.605	406	3.308	-	
Lucro (prejuízo) do exercício	2.402	93.207	(44.849)	41.084	(34.594)	-	-	
Participação no capital social - %	99,00%	99,00%	99,65%	99,38%	100%	100%	-	
Patrimônio líquido da controlada	8.155	108.624	26.915	70.704	70.507	1.085	-	
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2019	5.699	15.263	3.792	82.030	56.637	9.589	173.010	
Apropriação de dividendos a receber	-	-	-	(17.343)	-	-	(17.343)	
Aumento de capital social (*)	-	-	67.947	-	651	4.981	73.579	
Operação no exterior na conversão	-	-	-	-	4.318	-	4.318	
Outras movimentações	(1)	-	-	-	156	-	155	
Resultado de equivalência patrimonial	2.378	92.275	(44.881)	5.473	8.743	-	63.988	
	<u>8.076</u>	<u>107.538</u>	<u>26.858</u>	<u>70.160</u>	<u>70.505</u>	<u>14.570</u>	<u>297.707</u>	

31 de dezembro de 2018

	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	CPM	Montereseach	BioPharmaceuticals	Rio	Total do investimento
Investimentos								
Número de ações/cotas representativas do capital social	7.662.451	136.464	29.571.851	64.205.000	90.000	-	-	-
Capital social	7.740	138	29.778	64.605	399	3.308	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(2.217)	63.901	(37.033)	18.243	21.464	-	-	-
Participação no capital social - %	99,00%	99,00%	99,31%	99,38%	100%	100%	-	-
Patrimônio líquido da controlada	5.756	15.417	3.819	82.541	56.676	1.085	-	-
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2018	13.833	191.064	61.693	63.899	27.685	970	-	359.144
Apropriação de dividendos a receber	(6.000)	(239.064)	(21.248)	-	-	-	-	(266.311)
Aumento de capital social	-	-	-	-	3.604	8.620	-	12.224
Operação no exterior na conversão	-	-	-	-	3.806	-	-	3.806
Outras movimentações	-	-	-	-	79	-	-	79
Resultado de equivalência patrimonial	(2.134)	63.261	(36.653)	18.130	21.464	-	-	64.068
	<u>5.699</u>	<u>15.261</u>	<u>3.792</u>	<u>82.029</u>	<u>56.638</u>	<u>9.590</u>		<u>173.010</u>

(*) Em 2019 a EMS efetuou aporte de capital na investida Luxbiotech no valor de R\$67.947, sendo R\$38.880 através de integralização de adiantamentos efetuados no decorrer do ano de 2019 e R\$29.067 através de integralização de adiantamentos efetuados no ano de 2018. A seguir demonstramos a reconciliação do aumento da participação em controladas com a demonstração dos fluxos de caixa na atividade de investimentos:

	Luxbiotech	Montereseach	BioPharmaceuticals	Rio	Total
Aporte de capital	38.880	651	4.981	44.512	
Integralização de adiantamentos realizados em 2018 (sem efeito "caixa" em 2019)	<u>29.067</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.067</u>	
Total	<u>67.947</u>	<u>651</u>	<u>4.981</u>	<u>73.579</u>	

a. Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

(i) Balanços patrimoniais sintéticos das controladas

	EMS Sigma		Legrand		Luxbiotech		Montereseach		Rio Bio Pharmaceuticals		CPM	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Circulante												
Ativo	249.129	20.758	290.812	304.997	48.360	45.547	7.275	7.404	1.167	1.167	86.143	79.629
Passivo	(240.149)	(14.291)	(185.258)	(288.529)	(16.074)	(35.685)	(5.036)	(5.659)	(82)	(82)	(15.347)	(13.481)
Ativo circulante líquido	<u>8.980</u>	<u>6.467</u>	<u>105.554</u>	<u>16.468</u>	<u>32.286</u>	<u>9.862</u>	<u>2.239</u>	<u>1.745</u>	<u>1.085</u>	<u>1.085</u>	<u>70.796</u>	<u>66.148</u>
Não circulante												
Ativo não circulante	4.484	3.420	13.850	7.694	2.906	560	68.268	54.931	-	-	940	16.636
Passivo não circulante	(5.309)	(4.131)	(10.780)	(8.745)	(8.277)	(6.604)	-	-	-	-	(1.031)	(243)
Ativo não circulante líquido	<u>(825)</u>	<u>(711)</u>	<u>3.070</u>	<u>(1.051)</u>	<u>(5.371)</u>	<u>(6.044)</u>	<u>68.268</u>	<u>54.931</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(91)</u>	<u>16.393</u>
Patrimônio líquido	<u>8.155</u>	<u>5.756</u>	<u>108.624</u>	<u>15.417</u>	<u>26.915</u>	<u>3.818</u>	<u>70.507</u>	<u>56.676</u>	<u>1.085</u>	<u>1.085</u>	<u>70.705</u>	<u>82.541</u>

(ii) *Demonstrações do resultado sintéticas das controladas*

	<u>EMS Sigma</u>		<u>Legrand</u>		<u>Luxbiotech</u>		<u>Montresearch</u>		<u>CPM</u>		<u>Riobiopharmaceuticals</u>	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Resultado												
Receitas	165.833	14.615	437.092	438.800	9.362	4.607	9.855	9.343	83.772	83.993	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.413	(2.389)	137.756	95.847	(45.682)	(37.033)	(34.594)	21.464	85.978	19.386	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(871)</u>	<u>172</u>	<u>(47.153)</u>	<u>(31.946)</u>	<u>27</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(45.526)</u>	<u>(1.143)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>2.542</u>	<u>(2.217)</u>	<u>90.603</u>	<u>63.901</u>	<u>(45.655)</u>	<u>(37.033)</u>	<u>(34.594)</u>	<u>21.464</u>	<u>40.452</u>	<u>18.243</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

18 Imobilizado

Controladora							
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Em 31 de dezembro de 2019							
Saldo inicial	133.751	169.276	17.568	-	96.208	219.104	635.907
Aquisições	9.967	23.138	4.952	-	33.618	-	71.675
Baixas	(3.837)	(11.563)	(1.633)	-	(4.142)	-	(21.175)
Depreciação (baixas)	1.755	7.259	966	-	-	-	9.980
Transferências	25.232	44.325	1.555	-	(71.257)	-	(145)
Depreciação	(2.617)	(3.926)	(493)	-	-	(11.915)	(18.951)
Saldo contábil, líquido	<u>164.251</u>	<u>228.509</u>	<u>22.915</u>	<u>-</u>	<u>54.427</u>	<u>207.189</u>	<u>677.291</u>
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	220.658	379.343	45.159	733	54.427	231.715	932.035
Depreciação acumulada	(56.407)	(150.834)	(22.245)	(733)	-	(24.526)	(254.744)
	<u>164.251</u>	<u>228.509</u>	<u>22.914</u>	<u>-</u>	<u>54.427</u>	<u>207.189</u>	<u>677.291</u>
Controladora (Arrendamento)							
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Ativos de direito de uso- arrendamento							
Adoção inicial em 01.01.2019 CPC 06 / IFRS 16	62.732	35.980	105	-	-	-	98.817
Aquisições	5.381	5.109	4	-	-	-	10.494
Depreciação	(6.221)	(18.924)	(50)	-	-	-	(25.195)
Saldo contábil, líquido	<u>61.892</u>	<u>22.165</u>	<u>59</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>84.116</u>
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	68.113	41.089	109	-	-	-	109.311
Depreciação acumulada	(6.221)	(18.924)	(50)	-	-	-	(25.195)
	<u>61.892</u>	<u>22.165</u>	<u>59</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>84.116</u>
Controladora (Total do Ativo e Arrendamento)							
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Saldo contábil, líquido (Ativo e arrendamento)							
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	288.771	420.432	45.268	733	54.428	231.715	1.041.347
Depreciação acumulada	(62.628)	(169.758)	(22.295)	(733)	-	(24.526)	(279.940)
	<u>226.143</u>	<u>250.674</u>	<u>22.973</u>	<u>-</u>	<u>54.428</u>	<u>207.189</u>	<u>761.407</u>

Controladora							
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	142.711	179.315	18.168	-	37.543	35.947	413.684
Aquisições	295	6.980	3.057	-	74.494	212.904	297.730
Alienações	-	(209)	(47)	-	(10.420)	(30.919)	(41.595)
Depreciação (baixas)	-	184	168	-	-	14.944	15.297
Transferências	504	4.434	470	-	(5.408)	-	-
Depreciação	(9.759)	(21.428)	(4.249)	-	-	(13.772)	(49.209)
Saldo contábil, líquido	<u>133.751</u>	<u>169.276</u>	<u>17.567</u>	<u>-</u>	<u>96.208</u>	<u>219.104</u>	<u>635.907</u>
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	189.296	323.443	40.285	733	96.208	231.715	881.680
Depreciação acumulada	(55.545)	(154.167)	(22.718)	(733)	-	(12.611)	(245.773)
	<u>133.751</u>	<u>169.276</u>	<u>17.567</u>	<u>-</u>	<u>96.208</u>	<u>219.104</u>	<u>635.907</u>
Consolidado							
	Terrenos edificações	Veículos máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Consolidado							
Em 31 de dezembro de 2019							
Saldo inicial	137.608	168.717	17.158	-	95.810	219.104	638.397
Aquisições	9.967	23.570	5.399	-	33.618	-	72.554
Baixas	(3.837)	(11.605)	(1.656)	-	(4.142)	-	(21.240)
Transferências	25.234	44.325	1.555	-	(71.256)	-	(142)
Depreciação (baixas)	1.755	7.281	966	-	-	-	10.002
Depreciação	(2.714)	(5.114)	(757)	-	-	(11.915)	(20.500)
	<u>168.013</u>	<u>227.174</u>	<u>22.665</u>	<u>-</u>	<u>54.030</u>	<u>207.189</u>	<u>679.071</u>
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	225.526	384.238	47.331	733	54.030	231.715	943.573
o acumulada	(57.513)	(157.064)	(24.666)	(733)	-	(24.526)	(264.502)
Saldo contábil, líquido	<u>168.013</u>	<u>227.174</u>	<u>22.665</u>	<u>-</u>	<u>54.030</u>	<u>207.189</u>	<u>679.071</u>
Consolidado(Arrendamento)							
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Ativos de direito de uso- arrendamento							
Adoção inicial em 01.01.2019 CPC 06 / IFRS 16	66.966	39.895	257	-	-	-	107.118
Aquisições	-	6.650	874	-	-	-	7.524
Adição por correção inflacionária	5.733	-	4	-	-	-	5.737
Depreciação	(6.622)	(21.121)	(373)	-	-	-	(28.116)
Saldo contábil, líquido	<u>66.077</u>	<u>25.424</u>	<u>762</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>92.263</u>
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	72.699	46.545	1.135	-	-	-	120.379
Depreciação acumulada	(6.622)	(21.121)	(373)	-	-	-	(28.116)
	<u>66.077</u>	<u>25.424</u>	<u>762</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>92.263</u>

Controladora (Total do Ativo e Arrendamento)							
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Saldo contábil, líquido (Ativo e arrendamento)							
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	274.746	393.739	47.877	733	125.286	231.715	1.074.096
Depreciação acumulada	(40.656)	(141.141)	(24.450)	(733)	(71.256)	(24.526)	(302.762)
	<u>234.090</u>	<u>252.598</u>	<u>23.427</u>	<u>-</u>	<u>54.030</u>	<u>207.189</u>	<u>771.334</u>
Consolidado							
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	144.291	180.112	18.494	-	37.312	35.947	416.156
Aquisições	3.011	7.089	3.063	-	74.494	212.904	300.561
Baixas	(41)	(209)	(50)	-	(10.420)	(30.919)	(41.639)
Transferências	792	4.379	405	-	(5.576)	-	-
Depreciação (baixas)	0	184	169	-	-	14.944	15.297
Depreciação	(10.445)	(22.838)	(4.923)	-	-	(13.772)	(51.978)
	<u>137.608</u>	<u>168.717</u>	<u>17.158</u>	<u>-</u>	<u>95.810</u>	<u>219.104</u>	<u>(638.397)</u>
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	194.162	327.948	42.033	733	95.810	231.715	892.401
o acumulada	(56.554)	(159.231)	(24.875)	(733)	-	(12.611)	(254.004)
Saldo contábil, líquido	<u>137.608</u>	<u>168.717</u>	<u>17.158</u>	<u>-</u>	<u>95.810</u>	<u>219.104</u>	<u>638.397</u>

(*) Obras em andamento referem-se a investimentos para expansão de linhas de produção.

Os empréstimos bancários estão garantidos por ativos imobilizados no montante de R\$ 25.821 (R\$ 30.732 em 2018).

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores estrangeiros	55.662	122.618	58.258	123.625
Fornecedores nacionais	69.351	85.298	70.390	87.437
Fornecedores de serviços	47.304	30.554	52.209	37.889
	<u>172.317</u>	<u>238.470</u>	<u>180.857</u>	<u>248.951</u>

20 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Leasing financeiro (a)	1,21% a.a à 3,23% a.a. e Libor + 0,35% a.a	Fevereiro de 2020 e Maio de 2023	192.958	213.539	193.012	213.646
FINEP (b)	(b)	Abril de 2023	40.707	52.767	40.707	52.767
BNDES (c)	(c)	Março de 2020 à Março de 2026	32.266	43.903	32.266	43.903
FINAME Banco Regional de Brasília - financ. do ICMS (d)	1,21% a.a à 3,23% a.a. e Libor + 0,35% a.a	Junho de 2020 à fevereiro de 2023	2.822	5.361	2.822	5.361
Arrendamento mercantil (e)	25 % do INPC (i)	Dezembro de 2031 Dezembro de 2020 à dezembro de 2030	6.131	2.052	6.131	2.052
	9,98% aa		95.139	-	103.605	-
			<u>370.023</u>	<u>317.622</u>	<u>378.543</u>	<u>317.729</u>
Circulante			84.712	53.123	88.189	53.123
Não Circulante			<u>285.311</u>	<u>264.499</u>	<u>290.354</u>	<u>264.606</u>
			<u>370.023</u>	<u>317.622</u>	<u>378.543</u>	<u>317.729</u>

(i) Taxa efetiva anual.

(ii) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

(a) O montante de Leasing Financeiro é composto por: JP Morgan; refere-se à compra de uma aeronave. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 188.616. Leasing do helicóptero com Bladex com saldo devedor de R\$ 4.015. Leasing para Ipad com banco Santander R\$ 115 e Leasing para notebook com banco Safra R\$ 212.

(b) Refere-se ao custeio parcial das despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP, de acordo com o Cronograma de Desembolso. Sobre o principal da dívida incidirão, *pro rata tempore*, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de *spread*, reduzidos por equalização equivalente a 3% a ano.

(c) O saldo refere-se a empréstimos obtidos com o BNDES conforme apresentado abaixo:

(i) Liberação de valor do contrato de Financiamento firmado com o BNDES em 2018 para melhoria da unidade fabril de Brasília. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 20.087.

(ii) Contrato de P&D com crédito contratado no valor de R\$ 75.712 que será liberado em subcréditos conforme prestação de contas. O valor em aberto está em R\$ 7.441 com taxa de juros TJLP + 1,75% e 2,25% a.a e com pagamento final 15/03/2026.

(iii) Liberação de parte do valor do contrato de financiamento firmado com BNDES em 14 de maio de 2015, destinado a expansão do Centro de Distribuição logístico localizado na cidade de Jaguariúna/SP. O BNDES concedeu um crédito R\$ 19.141, o qual será disponibilizado em parcelas, de acordo com a necessidade da Companhia e a disponibilidade de recursos do BNDES, após o cumprimento das condições estabelecidas para a liberação do crédito, entre elas a comprovação da utilização dos recursos outrora liberados. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,79% a.a. acima da TJLP (TJLP + 1,79% a.a.), sendo os juros exigidos trimestralmente a partir de 15 de outubro de 2015 e mensalmente a partir de 15 de novembro de 2016, quando o principal também se torna devido. O saldo devedor será liquidado em parcelas mensais devidos até 15 de maio de 2020. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 1.923.

(iv) Financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R\$ 55.682, dividido em três subcréditos:

(a) Subcrédito "A" - no valor de R\$ 21.664 destinados à transferência e modernização da linha de penicilínicos da planta de São Bernardo do Campo - SP para uma unidade produtiva em Jaguariúna - SP e modernização da planta de Hortolândia - SP, no âmbito do Programa BNDES de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde - BNDES Profarma, Subprograma Produção. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 2.280.

(b) Subcrédito "B" - R\$ 4.960 destinados à aquisição de equipamentos nacionais para execução do projeto mencionado no subcrédito "A", no âmbito do Programa BNDES de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde - BNDES Profarma, Subprograma Produção. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 535.

(c) Subcrédito "C" - R\$ 29.058 destinados à aquisição de equipamentos importados para execução do projeto mencionado no subcrédito "A", no âmbito do Programa BNDES de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde - BNDES Profarma, Subprograma Produção. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 1.531

O crédito será posto à disposição das beneficiárias parceladamente, depois de cumpridas as condições de liberação.

O total dos subcréditos deve ser utilizado no prazo de até 12 meses, a contar da data de assinatura do contrato.

Sobre o principal da dívida incidirão: (i) juros de 1,59% a.a. acima da TJLP (TJLP + 1,59% a.a.) para o Subcrédito "A"; (ii) juros de 6% a.a. para o subcrédito "B"; e (iii) juros de 3,59% a.a. acima da TR (TR + 3,59% a.a.) para o Subcrédito "C".

A EMS S.A. deu ao BNDES a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação e fiança bancária como garantia.

- (d) Banco Regional de Brasília - refere-se à concessão do benefício creditício deferido em favor da Companhia no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF) no montante de até R\$ 458.638 (valor original).

Cada parcela corresponde ao valor equivalente a 70% do crédito tributário constituído pela incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) originado pela importação de produtos químicos orgânicos e matérias-primas, entre outros, realizadas por estabelecimento da EMS S.A. localizado no Distrito Federal.

O financiamento ocorre através do BRB e tem carência de 300 meses (25 anos) da data de cada parcela liberada, conforme Portaria nº 182, de 19 de maio de 2009 - Publicada no DODF nº 097, de 21 de maio de 2009.

Sobre os valores incide encargos correspondentes a 25% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que aos encargos apurados nos meses de janeiro a dezembro de cada ano são exigidos no mês de janeiro do ano subsequente.

O financiamento está garantido pelas aplicações em CDBs de emissão do BRB efetuadas pela Companhia, as quais são remuneradas por 97% da variação da taxa do CDI, no valor equivalente a 10% do valor de cada parcela liberada do crédito, que somente poderá ser utilizado para quitação total das parcelas finais, o valor da respectiva aplicação financeira era de R\$ 4.124 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.635 em 31 de dezembro de 2018).

Fica entendido que o benefício creditício poderá ser cancelado, ficando assegurado o credor (Banco BRB) o direito de declarar vencido antecipadamente o instrumento de crédito, tornando imediatamente exigível o total da dívida, nas seguintes hipóteses: (i) a Companhia deixe de cumprir as obrigações do contrato e da legislação do PRÓ/DF; (ii) se ficar em situação irregular perante o cadastro fiscal da secretaria da receita federal e da secretaria da fazenda do distrito federal; (iii) utilizar o imóvel destinado à implementação do projeto de empreendimento produtivo para fins residenciais; e (iv) ocorrência de encerramento das atividades do empreendimento objeto do incentivo.

O benefício econômico (subvenção governamental), calculado considerando a diferença entre a taxa de mercado da data de liberação do financiamento e as taxas de juros obtida (curva prefixada (PRE x DI) da BM&F), é reconhecido como receita diferida e lançada no resultado linearmente de acordo com o prazo de vencimento de cada liberação efetuada. Em 31 de dezembro de 2019, a receita diferida reconhecida pela Companhia era de R\$ 19.032 (R\$ 19.032 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de março de 2014, a Companhia participou da sessão pública do leilão BRB/FUNDEFE No. 001/2014 para liquidação antecipada do financiamento com recursos do FUNDEFE/PRÓ-DF II. Na mesma data foram liquidados os lotes 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 do leilão referente a CCC 2001.000030-0/01-9 pelo montante de R\$ 16.587. O saldo remanescente refere-se às parcelas do ano de 2013 ainda não liberadas pelo programa PRÓ-DF.

Em 2014 o programa PRÓ-DF foi substituído por um novo programa instituído pelo Distrito Federal através da Lei 5.017, de 18 de janeiro de 2013 (IDEAS - Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, Ambiental e Social).

Durante o exercício de 2019, a Companhia não efetuou movimentação para reconhecimento de ganho de subvenção e recebeu a liberação de R\$ 4.079 referente ao benefício do ICMS.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas não financeiras que foram integralmente atendidas no encerramento do exercício.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

	2019	2018
2019	-	53.123
2020	50.207	69.507
2021	43.685	63.581
2022	42.511	31.539
2023 em diante	138.481	99.872
	<u>274.884</u>	<u>317.622</u>

- (a) A partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2), que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros. Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo, agrupadas por natureza do ativo, região e prazo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Arrendamento Mercantil	95.139	-	103.605	-
	95.139	-	103.605	-
Circulante	34.505	-	37.982	-
Não circulante	60.634	-	65.623	-
	95.139	-	103.605	-

Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Adoção inicial	110.240	118.541
Novos contratos	5.109	7.524
Correção	5.157	6.007
Pagamento	(36.240)	(40.217)
Juros	10.873	11.750
Saldo em 31 de dezembro de 2019	95.139	103.605

Os vencimentos do saldo dos arrendamentos não circulante estão demonstrados como segue:

	2019
2020	34.505
2021	10.193
2022	10.182
2023 em diante	40.259
	95.139

Reconciliação entre movimento de posição financeira e fluxos de caixa de atividades de financiamento

Controladora

Nota	2019			2018		
	Empréstimo de Curto e Longo prazo	Dividendos Propostos	Total	Empréstimo de Curto e Longo prazo	Dividendos Propostos	Total
Saldo no início do exercício	317.621	90.170	407.791	145.918	91.723	237.641
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento:	-	-	-	-	-	-
Captação de empréstimos	-	-	-	230.477	-	230.477
Amortização de empréstimos	(54.468)	-	(54.468)	(62.297)	-	(62.297)
Dividendos Pagos	-	(90.750)	(90.750)	-	(300.745)	(300.745)
25.d Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	(54.468)	(90.750)	(145.218)	168.180	(300.745)	(132.565)
Outros itens:						
Despesas com juros e variação cambial	19.816	-	19.816	26.150	-	26.150
Pagamento de juros e variação cambial	(8.085)	-	(8.085)	(22.627)	-	(22.627)
Dividendos provisionados	-	115.377	115.377	-	299.192	299.192
25.d Total de outros itens	11.731	115.377	127.108	3.523	299.192	302.715
Saldo em 31 Dezembro do ano corrente	274.884	114.797	389.681	317.621	90.170	407.791

Consolidado

Nota	2019			2018		
	Empréstimo de Curto e Longo prazo	Dividendos Propostos	Total	Empréstimo de Curto e Longo prazo	Dividendos Propostos	Total
Saldo em 31 de dezembro do ano anterior	317.729	95.299	413.028	146.056	94.289	240.345
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento:	-	-	-	-	-	-
Captação de empréstimos	-	-	-	230.477	-	230.477
Amortização de empréstimos	(54.518)	-	(54.518)	(62.327)	-	(62.297)
Dividendos Pagos	-	(90.750)	(90.750)	-	(300.745)	(300.745)
25.d Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	(54.518)	(90.750)	(145.268)	168.150	(300.745)	(132.595)
Outros Itens:						
Despesas com juros e variação cambial	19.812	-	19.812	26.150	-	26.150
Pagamento de juros e variação cambial	(8.085)	-	(8.085)	(22.627)	-	(22.627)
Dividendos provisionados	-	115.377	115.377	-	301.755	301.755
25.d Total de outros itens	11.727	115.377	127.104	3.523	301.755	305.278
Saldo em 31 Dezembro do ano corrente	274.938	119.926	394.864	317.729	95.299	413.028

21 Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

a. Composição

Nas datas destas demonstrações financeiras, o Grupo apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a processos judiciais:

	Controladora					
	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Tributárias e cíveis (i)	33.148	31.738	(12.299)	(12.480)	20.849	19.258
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	60.691	93.996	(22.499)	(20.778)	38.192	73.218
	<u>93.839</u>	<u>125.734</u>	<u>(34.798)</u>	<u>(33.258)</u>	<u>59.041</u>	<u>92.476</u>
	Consolidado					
	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Tributárias e cíveis (i)	50.273	47.557	(15.212)	(14.842)	35.061	32.715
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	63.217	96.933	(22.589)	(21.052)	40.628	75.881
	<u>113.490</u>	<u>144.490</u>	<u>(37.801)</u>	<u>(35.894)</u>	<u>75.689</u>	<u>108.596</u>

As movimentações das provisões para perdas com processos judiciais estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	125.734	114.975	144.490	124.418
Constituição de provisão	13.894	35.916	15.440	52.069
Atualização monetária	6.223	11.462	7.389	11.985
Baixa de processos	(33.069)	(11.424)	(35.127)	(13.568)
Reversão da provisão no exercício	(18.943)	(25.195)	(18.702)	(30.414)
Em 31 de dezembro	<u>93.839</u>	<u>125.734</u>	<u>113.490</u>	<u>144.490</u>

O valor integral da provisão para contingência está classificado no passivo não circulante. A seguir demonstramos a reconciliação do efeito líquido da provisão para perdas com processos judiciais reconhecidos no resultado do exercício com a demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Constituição de provisão	13.894	35.916	15.440	52.069
Reversão da provisão	(18.943)	(25.195)	(18.702)	(30.414)
	(5.049)	10.721	(3.262)	21.655

(i) Processos cíveis e tributários

Refere-se substancialmente a ações cíveis, ajuizadas por consumidores alegando, em síntese, não conformidades em relação aos medicamentos produzidos pelo Grupo.

(ii) Processos trabalhistas

O Grupo constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré com base em estimativa de perda preparada pelos seus consultores jurídicos, as quais têm como principais pedidos: horas extras, indenizações por acidente de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas.

A Administração do Grupo, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

(iii) Perdas possíveis, não provisionadas

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cíveis (*)	67.790	198.676	86.351	225.196
Fiscais – IR/CSLL (**)	1.855.780	1.586.108	1.855.780	1.586.108
Trabalhistas	149.853	169.651	157.923	172.719
Fiscais - outros	22.334	48.006	22.648	48.043
	2.095.757	2.002.441	2.122.702	2.032.066

(*) Refere-se substancialmente distrato contratual onde estão sendo discutidos indenização por lucros cessantes, multas e juros. Os valores em 2018 foram revisados pelos advogados para refletir uma expectativa de discussão de montante mais realista baseados nas matérias de prova.

(**) Refere-se substancialmente ao auto de infração nº 16643.000392/2010-61 lavrado pela Receita Federal que se trata de processo administrativo para cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Fins Sociais ("COFINS") e multas isoladas mais encargos, tendo como base suposta ineditabilidade de amortização de ágio na incorporação de empresa que teria reduzido artificialmente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Não obstante a regularidade do procedimento adotado, a Fiscalização glosou as despesas de amortização de ágio por ter entendido, em síntese, que não houve propósito negocial para aquisição da participação societária com ágio já que a operação ocorreu "dentro do mesmo grupo econômico".

A Companhia com o apoio de seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possíveis as chances de êxito uma vez que, ao contrário do alegado pelo Fisco, a operação possuiu forte propósito negocial envolvendo *joint venture* com empresa estrangeira, estranha ao Grupo econômico, visando o ingresso/consolidação do Grupo no mercado farmacêutico europeu, principalmente pela legislação que trata dos medicamentos em questão ser extremamente aderente a do Brasil. Além disso, a operação foi realizada dentro da estrita legalidade, sendo que todos os atos foram devidamente registrados e publicados, o que demonstra a inexistência de má fé, reconhecida, inclusive, pela 1ª Turma do CARF, que cancelou a autuação. Recentemente, a empresa obteve decisão judicial, que manteve essa decisão favorável à empresa (determinando a anulação da decisão proferida em última instância administrativa, que havia acolhido recurso da Fazenda Nacional, o qual não preencheu os requisitos para admissibilidade).

(***) A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo estadual de Brasília. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

b. Incerteza sobre tratamentos tributários

Conforme demonstrado no quadro acima, as autoridades fiscais alegam que o Grupo não atende a todos os critérios para deduzir a amortização do ágio para fins de imposto de renda e contribuição social. O Grupo entende que o ágio surgiu de uma operação com base econômica e, portanto, pode ser utilizado para fins tributários. Nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras consolidadas porque o Grupo acredita que a regra tributária utilizada no passado estava em conformidade com a lei aplicável e acredita que é provável que defenda com êxito o tratamento tributário do Grupo em juízo.

O Grupo acredita que suas provisões para passivos fiscais são adequadas para todos os exercícios fiscais com base em sua avaliação de muitos fatores, incluindo interpretações da lei tributária e experiências anteriores.

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte movimentação e origem em 2019:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2019
Provisão para processos trabalhistas	31.959	(11.324)	20.635
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	33.385	(16.938)	16.447
Provisão para obsolescência	5.775	4.823	10.598
Provisão para perdas com processos tributários e civil	10.791	479	11.270
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	1.350	(272)	1.078
Provisão para participação no resultado	8.457	(3.377)	5.080
Provisão para amostra grátis	1.390	2.883	4.273
Provisão para locação de veículos	98	681	779
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	3.776	(8.841)	(5.065)
Arrendamento CPC06/ IFRS16	-	1.338	1.338
Provisão impostos sobre juros de mútuo	-	(32.139)	(32.139)
Outras provisões	7.395	8.092	15.486
	104.376	(54.595)	49.781
	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2019
Provisão para processos trabalhistas	32.918	(11.608)	21.310
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	35.597	(15.413)	20.184
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	6.348	(4.900)	1.448
Provisão para obsolescência	10.274	688	10.962
Provisão para participação no resultado	8.873	(3.686)	5.187
Provisão para perdas com processos tributários e cíveis	13.963	679	14.642
Provisão para amostra grátis	1.627	3.150	4.777
Provisão para locação de veículos	197	708	905
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	3.766	(8.842)	(5.076)
Arrendamento CPC06	-	1.410	1.410
Provisão impostos sobre juros de mútuo	-	(32.139)	(32.139)
Outras provisões	15.609	463	16.072
	129.172	(69.490)	59.682

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte movimentação e origem em 2019:

b. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	557.978	278.704	634.196	311.830
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais - 34%	(189.713)	(94.759)	(215.627)	(106.022)
Resultado de equivalência patrimonial	20.990	22.451	-	-
Inovação tecnológica (P&D) Lei nº 11.196/05	2.491	10.916	2.491	10.916
Subvenção para investimento	11.633	-	11.633	-
Adições/exclusões permanentes	13.737	70.677	(14.555)	71.475
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(140.862)	9.285	(216.058)	(23.631)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(86.267)	(9.934)	(146.568)	(54.561)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(54.595)	19.218	(69.490)	30.929
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(140.862)	9.284	(216.058)	(23.632)
Alíquota efetiva	-25%	3%	-34%	8%

c. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ a pagar	-	-	25.320	14.453
CSLL a pagar	-	-	7.821	4.100
	-	-	33.141	18.553

A movimentação do imposto de renda e contribuição social a pagar, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial do exercício	-	19.572	18.553	26.649
(+) Provisão IR/CS correntes no exercício	86.267	9.934	146.568	54.561
(+) IR/CS pago a maior	-	4.689	-	4.159
(-) Compensações com tributos federais	(66.957)	-	(69.631)	-
(-) Antecipações/pagamentos no período	(19.310)	(34.195)	(62.349)	(66.816)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.141</u>	<u>18.553</u>
(=) Saldo final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.141</u>	<u>18.553</u>

23 Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Parcelamento - Lei nº 11.941/09 (*)	19.403	22.499	20.289	23.535
Parcelamento de ICMS (**)	3.918	3.918	3.918	3.918
Parcelamento de ICMS - Sinistro (***)	30.443	-	30.443	-
	<u>53.764</u>	<u>26.417</u>	<u>54.650</u>	<u>27.453</u>
Circulante	15.775	8.044	15.958	8.221
Não circulante	37.989	18.373	38.692	19.232
	<u>53.764</u>	<u>26.417</u>	<u>54.650</u>	<u>27.453</u>

(*) Em novembro de 2009, o Grupo e a sua controlada EMS Sigma Pharma aderiram ao REFIS IV, programa de parcelamento e de quitação de débitos tributários. Os saldos dos impostos parcelados estão sujeitos a atualização monetária pela variação da taxa SELIC. A adesão ao programa visou equalizar e regularizar os passivos tributários por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações tributárias. Foram incluídos nesse programa os tributos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) e previdenciários que estavam sob discussão judicial, na opção de parcelamento em 180 meses, que conferiu o Grupo e sua controlada anistia parcial de 60% da multa, 20% sobre as multas isoladas e redução de 25% dos juros sobre a dívida original. A adesão ao parcelamento foi consolidada em julho de 2011 pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O valor do principal da dívida consolidada da EMS S.A. foi de R\$ 23.922 e para a Sigma Pharma foi de R\$ 1.193.

Em dezembro de 2013, o Grupo solicitou parcelamento de débitos da Reabertura da Lei 11.941/2009, onde foram incluídos os débitos previdenciários não parcelados anteriormente. Em 31 de dezembro de 2016, a adesão ao parcelamento se encontra pendente de consolidação.

Em agosto de 2014, o Grupo e sua controlada Sigma Pharma solicitaram o parcelamento de débitos conforme moldes da Lei 12.996/2014, onde foram incluídos valores não parcelados anteriormente, na opção de parcelamento em 120 meses, que conferiu o Grupo e sua controlada anistia parcial de 70% sobre as multas de mora e ofício, 25% sobre as multas isoladas, 30% sobre os juros de mora e 100% sobre o valor do encargo legal. A adesão ao parcelamento foi consolidada em julho de 2016 pela Receita Federal do Brasil. O valor do principal da dívida consolidada da EMS S.A. foi de R\$ 1.762 e para a Sigma Pharma foi de R\$ 51.

Em virtude do processo de consolidação em 2016 houve um acréscimo de R\$ 1.126.

(**) Adesão ao parcelamento do ICMS com o Governo do Distrito Federal ocorrida no segundo semestre de 2007, para quitação de débitos de ICMS gerados pela glosa de créditos considerados indevidos pelas autoridades fiscais, os quais reduziram o saldo a pagar desse imposto. O Grupo parcelou o valor do sinal no montante de R\$ 435 em 36 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2007. O saldo remanescente é devido integralmente no mês subsequente ao término do parcelamento. Sobre cada parcela incidirá atualização monetária equivalente à variação do INPC acrescido de juros simples de 1% ao mês sobre o período do parcelamento.

O saldo de impostos parcelados estaduais e federais é como segue em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Principal	14.913	17.992	15.478	18.627
Juros	8.408	8.425	8.729	8.826
Total dos parcelamentos	23.321	26.417	24.207	27.453
Parcelamento - Lei no 11.941/09 (*)	19.403	22.499	20.289	23.535
Parcelamento de ICMS (**)	3.918	3.918	3.918	3.918

(***) Parcelamento dos impostos relativos aos ativos baixados pelo sinistro ocorrido em novembro de 2018, referente aos créditos de ICMS tomados nas entradas das mercadorias que foram incineradas devido ao incêndio de grandes proporções que atingiu a área de expedição e de almoxarifado da sede da EMS, em Hortolândia, Estado de São Paulo, no dia 20 de outubro de 2018. O Grupo parcelou o montante de R\$ 634 em 60 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em janeiro de 2019. Sobre cada parcela incidirá atualização monetária equivalente à variação da Selic acrescido de juros simples de 2% ao mês sobre o período do parcelamento.

24 Outras Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Antecipações de clientes	35.452	86.858	36.217	81.328
Antecipações de partes relacionadas	24.273	7.930	24.273	7.930
Terreno a pagar	12.061	12.061	12.061	12.061
Despesas com funcionários	7.997	5.293	8.220	5.761
Direito de exclusividade	5.333	-	5.333	-
Despesas com projetos	3.438	1.479	3.438	1.479
Serviços terceiros	26.696	13.206	27.652	13.210
Seguro de locação de veículos	2.294	289	2.942	668
Outros	4.916	9.936	16.587	26.363
	122.460	137.052	136.723	148.800
Circulante	117.126	130.119	131.389	141.867
Não circulante	5.334	6.933	5.334	6.933
	122.460	137.052	136.723	148.800

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é R\$ 221.708 composto por 20.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de R\$ 11,0854 cada uma, distribuídas como segue:

	Ações
NC Participações S.A.	19.800.000
Germed Farmacêutica LDA.	<u>200.000</u>
	<u><u>20.000.000</u></u>

Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas. Aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.

b. Reserva de capital

Reserva de incorporação de ágio

Refere-se à contrapartida do ágio incorporado líquido da diferença entre seu valor e o benefício fiscal gerado pela sua amortização, o qual é proveniente da incorporação de ações da sua controladora EMS Investimentos S/A. A referida reserva poderá ser objeto de capitalização em futuras deliberações pela Assembléia.

c. Reserva de lucros

Reserva de incentivos fiscais

O Grupo possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRO-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com o prazo de vencimento dos referidos empréstimos. Parte substancial do empréstimo foi liquidada e a respectiva receita com subvenção foi reconhecida no resultado do exercício e, posteriormente, transferido para a rubrica incentivo fiscal no patrimônio líquido, como reserva de lucros, em 2014. Em 2016, devido a quitação do Programa Ideas ocorreu a realização de R\$ 3.003. Contudo ainda aguardamos a realização do leilão para quitação do valor residual.

O Grupo possui subvenção governamental representada pelo benefício direito de excluir da base de cálculo do Imposto de renda e Contribuição Social os ganhos relacionados ao benefício fiscal do ICMS concedidos pelo Estado de São Paulo de acordo com a lei complementar 160 e em 2019, com base no parecer de assessores jurídicos a Companhia exerceu o direito de exclusão.

Em 31 de dezembro de 2019, os valores apurados e recolhidos originados a partir desta exclusão no montante de R\$ 11.663 foram reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de imposto de renda e contribuição social - correntes.

Em 2019, conforme requerido na legislação do Imposto de renda os benefícios fiscais aproveitados foram destinados para a composição de reserva de incentivos fiscais limitado ao valor do lucro apurado no exercício no montante de R\$ 34.214

Reserva legal

Constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, com base em 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo não reconheceu como reserva legal o montante de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, por ter atingido o limite de 20% do capital social, conforme determina o art. 193 da Lei 6.404/86.

Reserva de lucros

Constituída com o saldo do lucro líquido de 2019 e 2018 após a apropriação dos dividendos e a constituição de reserva legal. O montante de lucros retidos em anos anteriores foi utilizado para distribuição de lucros, segundo determinado pela Assembleia Geral de Acionistas. O saldo remanescente da reserva de lucros será distribuído para os acionistas no exercício subsequente, conforme aprovação em assembléia.

d. Dividendos

O estatuto social do Grupo prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	417.116	287.988
(-) Subvenção para investimento	<u>(34.214)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>382.902</u>	<u>287.988</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>95.726</u>	<u>71.997</u>
Reserva de lucros de anos anteriores distribuídos no exercício	22.014	227.195
Total dividendos propostos	117.740	299.192

26 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vendas brutas de produtos e serviços deduzindo os abatimentos comerciais	4.325.281	4.121.564	4.733.440	4.490.409
Impostos sobre vendas	(676.964)	(661.850)	(678.586)	(727.442)
Devoluções sobre vendas	<u>(117.392)</u>	<u>(118.407)</u>	<u>(137.697)</u>	<u>(137.801)</u>
Receita operacional líquida	<u>3.530.925</u>	<u>3.341.307</u>	<u>3.917.157</u>	<u>3.625.166</u>

27 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.659.734)	(1.642.441)	(1.740.668)	(1.668.853)
Salários e encargos sociais	(535.088)	(479.503)	(586.657)	(528.270)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(236.338)	(160.361)	(257.685)	(180.855)
Custos previdenciários	(142.349)	(127.682)	(154.438)	(138.507)
Custos de publicidade	(172.489)	(108.210)	(190.181)	(121.810)
Despesas de transporte	(92.875)	(74.679)	(109.884)	(88.473)
Amostras	(61.907)	(55.007)	(73.828)	(62.426)
Benefícios previstos em Lei	(51.805)	(52.984)	(55.500)	(57.288)
Pagamentos de arrendamentos operacionais	(39.456)	(38.411)	(44.727)	(43.672)
Material de limpeza e escritório	(42.384)	(33.082)	(45.450)	(35.975)
Viagens/estadias e refeições	(44.489)	(35.611)	(50.793)	(40.961)
Outros benefícios a empregados	(66.094)	(36.703)	(73.321)	(39.703)
Plano de participação nos resultados	(23.125)	(32.282)	(24.604)	(33.970)
Serviços de terceiros - manutenção e reparos	(36.525)	(28.396)	(37.891)	(29.765)
Encargos de depreciação, amortização e impairment	(17.864)	(54.139)	(18.972)	(56.776)
Energia elétrica, água e telefone	(16.741)	(17.355)	(19.259)	(19.587)
Combustíveis e lubrificantes	(13.872)	(16.119)	(15.302)	(17.403)
Provisão para perdas com processos judiciais	38.745	(7.568)	38.935	(17.158)
Comissões sobre vendas	(2.741)	(264)	(4.392)	(892)
Outras despesas, líquidas de outras receitas	(19.702)	(10.065)	(23.626)	(13.025)
Arrendamento	6.765	-	7.323	-
Reversão (provisão) para perdas de valor recuperável do contas a receber	802	19.298	6.019	145
Total do custo das vendas, despesas com vendas e despesas administrativas	(3.229.266)	(2.991.564)	(3.474.901)	(3.195.224)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custos das vendas	(2.018.640)	(1.955.218)	(2.126.729)	(2.005.697)
Despesas com vendas	(331.750)	(238.177)	(380.281)	(273.618)
Despesas administrativas	(879.678)	(817.467)	(973.910)	(916.054)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	802	19.298	6.019	145
	(3.229.266)	(2.991.564)	(3.474.901)	(3.195.224)

28 Outras Despesas (Receitas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras Receitas				
Reembolso do Seguro	86.853	199.640	86.853	199.640
Sinistro – Baixa de Estoques/Imobilizado	48.438	-	48.393	-
Outras	26.035	22.230	26.217	22.630
Total de outras receitas	161.326	221.870	161.436	222.270
Outras Despesas				
Sinistro – Baixa de Estoques/Imobilizado (*)	-	(290.754)	-	(290.754)
Impostos	(28.321)	(13.442)	(39.841)	(18.493)
Outras	(6.060)	(20.556)	(33.394)	(22.325)
Total de outras despesas	(34.381)	(324.752)	(73.235)	(331.572)
Outras despesas (receitas), líquidas	126.945	(102.882)	88.228	(109.302)

(*) Refere-se as perdas reconhecidas pelo Grupo devido com sinistro (incêndio) ocorrido em 20 de outubro de 2018 na sede da Companhia localizada na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo.

29 Receitas (Despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita financeira				
Variação cambial ativa	17.017	37.123	17.538	37.628
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	7.095	6.078	13.308	10.085
Juros de duplicatas a receber	3.080	4.451	4.535	5.406
Arrendamento IFRS 16	646	-	646	-
Receita juros sobre mútuo	94.528	-	94.528	-
Outras	10.943	10.757	11.018	10.809
Total da receita financeira	133.309	58.409	141.573	63.929
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos	(22.340)	(25.580)	(24.806)	(26.386)
Variação cambial passiva	(27.064)	(42.001)	(27.676)	(43.565)
Descontos concedidos	(1.181)	(1.998)	(1.348)	(2.897)
Arrendamento- juros passivos	(10.873)	-	(11.750)	-
Outras	(4.212)	(23.019)	(4.460)	(23.279)
Total da despesa financeira	(65.670)	(92.598)	(70.040)	(96.127)
Despesas financeiras, líquidas	67.639	(34.189)	71.533	(32.199)

30 Lucro por ação - Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias mantidas durante o exercício.

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	417.116	287.988
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	20.000	20.000
Lucro básico e diluído por ação - R\$	20,86	14,40

Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor.

31 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciam os resultados dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições definidas por elas e estão assim apresentadas:

a. Consolidado

O Grupo é controlado pela holding NC Participações (constituída no Brasil), que detém 99% das ações da Companhia EMS S.A. O 1% remanescente é detido pela Companhia Germed LDA com sede em Portugal.

b. Controladora

A controladora final do Grupo é a NC Participações S/A.

c. Vendas e revenda de produtos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Germed Farmacêutica Ltda.	152.239	442.782	154.757	442.791
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	203.877	313.709	-	-
EMS Sigma Pharma Ltda (*)	242.134	14.465	-	-
Nova Química Farmacêutica S.A.	109.158	244.053	111.019	249.704
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	24.489	77.534	29.409	85.661
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	70.633	50.667	70.633	50.667
CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S/A.	1.117	2.554	-	-
Outras	6.917	13	6.896	-
	<u>810.564</u>	<u>1.145.777</u>	<u>372.314</u>	<u>828.823</u>

(*) Receita oriunda da venda de embalagens e disponibilização de estrutura física e mão de obra nos serviços de industrialização dos produtos fabricados pela Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda. Esse processo foi estruturado pelo Grupo a partir de novembro de 2018.

d. Compras líquidas de produtos e serviços

	Controlada		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	1.144.713	1.016.885	1.239.684	1.022.696
Germed Farmacêutica Ltda.	49.044	51.753	54.325	57.002
Nova Química Farmacêutica S.A.	5.148	3.596	6.511	6.754
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	1.535	1.552	-	-
EMS Sigma Pharma Ltda.	257	277	-	-
Outras	164	-	164	-
	<u>1.200.861</u>	<u>1.074.063</u>	<u>1.300.684</u>	<u>1.086.452</u>

e. Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos

Contas a receber de partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	3.574	54.492	178.258	63.693
Germed Farmacêutica Ltda.	4.865	27.261	5.795	27.274
EMS Sigma Pharma Ltda	237.304	14.465	-	-
Multilab Ind. e Com. Prod. Farm. Ltda.	7.256	-	7.256	-
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	6.581	8.717	-	-
Nova Química Farmacêutica S.A.	4.275	8.459	6.462	16.171
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	2.282	3.819	30.935	42.416
CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S/A	740	403	-	-
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	11	22	-	-
Outros	1.682	891	3.617	957
	<u>268.570</u>	<u>9</u>	<u>232.323</u>	<u>150.511</u>

Os saldos de contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em até 120 dias. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Outros recebíveis de partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	7.840	29.695	-	-
Instituto Vita Nova	6.870	750	6.870	750
CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S/A	-	-	-	-
Lorraine Administradora de Bens e Participações Ltda.	-	-	-	-
Outros	3.143	1.804	3.103	1.804
	<u>17.853</u>	<u>32.249</u>	<u>9.973</u>	<u>32.249</u>

Fornecedores a pagar - Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	914.605	692.161	920.848	698.765
Germed Farmacêutica Ltda.	200.128	171.438	203.906	171.970
Multilab Ind. e Com. Prod. Farm. Ltda.	3.245	-	3.245	-
Nova Química Farmacêutica S.A.	2.869	10.114	3.588	14.887
EMS Sigma Pharma Ltda.	5.574	9.086	-	-
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	25	2.051	-	-
Outros	10.022	16.520	10.704	17.116
	<u>1.136.468</u>	<u>901.370</u>	<u>1.142.291</u>	<u>902.738</u>

Outros contas a pagar a partes relacionadas - Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Nova Química Farmacêutica S.A.	19.433	-	19.433	-
Innovaren Pharma S/A.	4.840	6.695	4.840	6.695
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	-	1.235	-	1.235
	<u>24.273</u>	<u>7.930</u>	<u>24.273</u>	<u>7.930</u>

f. Dividendos a pagar e a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Dividendos a receber				
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	119.063	239.063	-	-
EMS Sigma Pharma Ltda.	707	707	-	-
	<u>119.770</u>	<u>239.770</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A movimentação dos saldos de dividendos a receber, é conforme segue:

	Controladora	
	2019	2018
Saldo inicial do exercício	239.770	29.968
(+) Diividendos provisionados a receber	17.343	266.310
(-) Recebimentos de dividendos no exercício (DFC)	(137.343)	(56.508)
(=) Saldo final do exercício	119.770	239.770

	Controladora		Consolidado	
Dividendos a pagar	2019	2018	2019	2018
NC Participações S.A.	98.030	72.016	103.159	77.145
Germed Farmacêutica LDA.	19.130	18.154	19.130	18.154
	117.160	90.170	122.289	95.299

As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e constituição de provisão de dividendos a pagar.

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial do exercício	90.170	91.723	95.299	94.289
(+) Complemento de dividendos a pagar aprovados em assembleias	22.014	227.195	22.014	229.760
(+) Dividendo mínimo obrigatório	95.726	71.997	95.726	71.997
(-) Pagamentos	(90.750)	(300.745)	(90.750)	(300.745)
(=) Saldo final do exercício	117.160	90.170	122.289	95.301

g. Empréstimos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
3Z Realty Desenvolvimento Imobiliario S.A.	316.093	227.961	316.093	227.961
	316.093	227.961	316.093	227.961

O saldo de empréstimos a receber possui taxa de juros de 1%. A administração reconheceu durante o exercício de 2019 os juros ativos dos mútuos que até o exercício anterior não vinham

sendo registrados. Os efeitos de períodos anteriores no montante de R\$ 68.851 (do total reconhecido de R\$ 94.528) reconhecidos no resultado do exercício foram julgados imateriais pela administração para um reconhecimento retrospectivo.

Os empréstimos concedidos à parte relacionada 3Z estão garantidos por termo de garantia dos acionistas, logo avaliamos o instrumento com baixo risco de crédito, razão pela qual nenhuma redução ao valor recuperável foi consignada nas demonstrações financeiras

A movimentação do empréstimo entre parte relacionada está demonstrado a seguir:

	3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.		3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.		NC Comunicações S.A.	Total
	2019	Total	2018		Total	
Saldo no início do exercício	227.961	227.961	227.961		42.000	269.961
Amortização de empréstimos	(2.000)	(2.000)	-		(42.000)	(42.000)
PIS e COFINS	(4.396)	(4.396)	-		-	-
Reconhecimento de juros	94.528	94.528	-		-	-
Saldo em 31 dezembro	316.093	389.680	227.961		-	227.961

h. Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da Administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, representa 5,23% das despesas com folha de pagamento no exercício de 31 de dezembro de 2019 (6% em 31 de dezembro de 2018).

32 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada, o que pode causar a necessidade de reconhecer uma perda ao valor recuperável alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC). Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social:

- Renegociações dos contratos com os fornecedores nacionais e estrangeiros, para alinhar a aquisição de insumos para produção com as expectativas relacionadas à futura demanda para os

produtos da Companhia, considerando o cenário atual do surto, bem como estender os prazos de pagamento.

- Ênfase na produção em relação ao produto Sulfato de Hidroxiclorida, considerando o aumento esperado na demanda para esse produto no cenário atual.
- Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir os despesas salariais no médio prazo, tais como suspensão de novas contratações.
- Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros.
- Produção própria de álcool em gel para distribuição interna a todos os colaboradores.
- Negociação das condições dos empréstimos e financiamentos da Companhia com instituições financeiras e dos pagamentos com os fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez.
- Doação em dinheiro ao Governo do Estado de São Paulo no montante de R\$ 1.000.000,00, para ajuda no combate ao Corona Virus, para aquisição de máscaras e respiradores artificiais.

* * *

Luiz Carlos Borgonovi
Presidente

Eber Ferreira Coelho
Diretor

Wagner Aparecido Nilo de Paschoal
Contador CRC 1SP 1SP145242/O-5